CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MEGAEMPREENDIMENTOS E RACIALIZAÇÃO: UMA CARTOGRAFIA DISCURSIVA SOBRE O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE DO CONTORNO

Ester Cristina Mello Guerra

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Fábio Sampaio de Almeida

Rio de Janeiro
Julho de 2024

MEGAEMPREENDIMENTOS E RACIALIZAÇÃO: UMA CARTOGRAFIA DISCURSIVA SOBRE O CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE DO CONTORNO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Relações Étnico-Raciais.

Ester Cristina Mello Guerra

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Prof.º Dr. Fábio Sampaio de Almeida (Cefet/RJ – Orientador)

_____

Profª. Drª Aline da Fonseca Sá e Silveira (Cefet/RJ – Examinadora Interna)

_____

Profª. Drª Geny Ferreira Guimarães (UFRRJ – Examinadora Externa)

Rio de Janeiro
Julho de 2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

G934 Guerra, Ester Cristina Mello
Megaempreendimentos e racialização: uma cartografia discursiva sobre o conflito socioambiental na Comunidade do Contorno / Ester Cristina Mello Guerra. — 2024.
80f. : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2024.
Bibliografia : f. 79-80
Orientador: Fábio Sampaio de Almeida

1. Raças. 2. Racismo. 3. Mercado imobiliário. 4. Conflito Social. 5. Degradação ambiental. I. Almeida, Fábio Sampaio de. (Orient.). II. Título.

CDD 305.8

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, **Márcia** e **Ezequias**, às minhas irmãs, **Fernanda**, **Fabiana**, **Estephani** e **Marcia**, ao meu irmão **Kaike**, às minhas sobrinhas, **Iasmim** e **Laura**, ao meu sobrinho, **João Victor** (em memória), e à minha namorada, **Esther**. Eles são, sem dúvidas, uma grande inspiração na minha vida, sendo os pilares que sustentam meu afeto e a saudade que me acompanhou durante o processo de construção e dedicação a este trabalho.

Agradeço à Dra. **Ellen Maria**, minha terapeuta, que me acompanhou durante este processo e em todos os demais desafios da vida nos últimos anos. Dedico a você, Ellen, minha querida, a construção da crença saudável na minha capacidade de produção intelectual e na possibilidade de uma vida suficientemente boa. Obrigada!

Ao meu orientador, Dr. **Fábio Sampaio**, que me acompanha na vida acadêmica há tantos anos, dedico admiração e confiança. Aos meus amigos e também pesquisadores, implicados direta ou indiretamente com este trabalho, que desempenham um papel essencial na intervenção e transformação da realidade em favor da população de **Petrópolis** através do trabalho legislativo sério, deixo um fraterno abraço e profundo reconhecimento: **Julia**, **Lorran**, Dr(a). **Débora**, **Carolina** e Dr(a). **Cecília**. Em memória, dedico também ao professor **Hailton Pinheiro**, cuja passagem deixou uma marca profunda na minha vida profissional e nesta produção acadêmica.

E, por fim, a todos os moradores da **Comunidade do Contorno** que me receberam com afeto e sabedoria abundante, permitindo que este trabalho se desenvolvesse a partir de seus relatos e da sua organização política popular coesa. Eles foram e continuam sendo fontes inesgotáveis de sabedoria. Desejo que nossos laços permaneçam e agradeço imensamente, em especial a **Angélica Domingas** e **Paulo Proença**.

RESUMO

Megaempreendimentos e racialização: uma cartografia discursiva sobre o conflito socioambiental na comunidade do contorno

A pesquisa investiga os impactos socioambientais provocados por grandes empreendimentos na comunidade do Contorno, localizada em Petrópolis, Rio de Janeiro, com enfoque na racialização da população afetada. O trabalho está estruturado em duas partes principais. No primeiro capítulo, intitulado "Instalação de Grandes Empreendimentos e a Racialização dos Indivíduos e das Comunidades", discutimos como a instalação de megaempreendimentos contribuem para a marginalização e racialização das comunidades locais. Utilizando conceitos de autores como Frantz Fanon, Achille Mbembe e Silvia Federicci, a dissertação explora a interseção entre desenvolvimento industrial, racismo e exclusão socioeconômica. O segundo capítulo, "Relatos dos Encontros com a Comunidade do Contorno e uma Breve Análise a partir dos Conceitos de Colonização e Raça", é dedicado aos relatos dos encontros com a comunidade do Contorno. Esses encontros foram realizados ao longo de oito meses e documentam a luta dos moradores contra as violações de direitos promovidas pela Concer, empresa responsável pela administração da BR 040, e outras entidades federais como o IBAMA e a ANTT. A pesquisa envolveu a participação ativa da autora nas reuniões mensais da comunidade, com o objetivo de preparar a comunidade para um enfrentamento político e buscar reparação pelas violações de direitos humanos. No terceiro capítulo, "Danos Socioambientais e Violações de Direitos na Comunidade do Contorno", a dissertação aborda os danos socioambientais causados pelas obras da Nova Subida da Serra (NSS) na comunidade do Contorno, especialmente após o solapamento do solo em 2017. Desde que a Concer assumiu a administração da BR 040 em 1996, a população local enfrenta desapropriações forçadas, falta de infraestrutura básica e condições de vida precárias nos abrigos fornecidos. Estudos antropológicos periciais encomendados pelo Ministério Público Federal revelam a profundidade das violações de direitos, incluindo a perda de moradia, traumas emocionais e a ruptura de laços sociais. A situação exemplifica um padrão de negligência e desumanização comum em grandes empreendimentos no Brasil, exacerbado pelo racismo estrutural e pela exclusão das comunidades afetadas dos processos decisórios. Assim, o trabalho não só contribui para a literatura acadêmica sobre racialização e conflitos ambientais, mas também oferece uma plataforma para a voz e as reivindicações da comunidade do Contorno, exemplificando a interseção entre pesquisa acadêmica e ativismo social.

Palavras chaves: Raça e racismo; Megaempreendimentos e conflitos socioambientais; Guerra Infraestrutural; Cartografia discursiva.

ABSTRACT

Mega-Enterprises and Racialization: A Discursive Cartography of the Socio-Environmental Conflict in the Contorno Community

This research investigates the socio-environmental impacts caused by large enterprises in the Contorno community, located in Petrópolis, Rio de Janeiro, with a focus on the racialization of the affected population. The study is structured into three main chapters. The first chapter, titled *"The Installation of Large Enterprises and the Racialization of Individuals and Communities,"* discusses how the establishment of mega-enterprises contributes to the marginalization and racialization of local communities. Drawing on concepts from scholars such as Frantz Fanon, Achille Mbembe, and Silvia Federici, the dissertation explores the intersection of industrial development, racism, and socioeconomic exclusion. The second chapter, *"Accounts from the Encounters with the Contorno Community and a Brief Analysis Based on the Concepts of Colonization and Race,"* presents narratives from interactions with the Contorno community. These encounters, conducted over eight months, document the residents' struggle against rights violations perpetrated by Concer, the company responsible for managing the BR-040 highway, as well as other federal entities such as IBAMA and ANTT. The research involved the author's active participation in the community's monthly meetings, aiming to prepare residents for political resistance and seek reparations for human rights violations. The third chapter, *"Socio-Environmental Damage and Rights Violations in the Contorno Community,"* addresses the socio-environmental damage caused by the construction of the *Nova Subida da Serra (NSS)* in the Contorno community, particularly after the soil collapse in 2017. Since Concer took over the administration of BR-040 in 1996, the local population has faced forced evictions, a lack of basic infrastructure, and precarious living conditions in the shelters provided. Anthropological forensic studies commissioned by the Federal Public Prosecutor's Office reveal the depth of human rights violations, including loss of housing, emotional trauma, and the disruption of social bonds. The situation exemplifies a pattern of negligence and dehumanization common in large-scale projects in Brazil, exacerbated by structural racism and the exclusion of affected communities from decision-making processes. Thus, this research not only contributes to the academic literature on racialization and environmental conflicts but also provides a platform for the voices and demands of the Contorno community, illustrating the intersection between academic research and social activism.

Keywords: Race and racism; Mega-enterprises and socio-environmental conflicts; Infrastructural warfare; Discursive cartography.

SUMÁRIO

Apresentação 11

Introdução 14

1 – Instalação de grandes empreendimentos e a racialização dos indivíduos e das comunidades 24

1.1. Devir negro no mundo 25

1.2. Raça e racismo 32

2 – Relatos dos encontros com a comunidade do Contorno e uma breve análise a partir dos conceitos de colonização e raça 36

Apresentação da comunidade do contorno 37

2.1. Encontros 38

2.2. Primeiro encontro - 15.04.2023 40

Memória da Luta e Construção 40

Audiência Pública como ferramenta de pressão e aumento de custo para as entidades e instituições violadoras 45

2.3. Segundo encontro - 13.05.2023 49

Quem e o que é a CONCER? 49

Quem e o que é a CONCER para os atingidos? 60

2.4. Terceiro encontro - 10.06.2023 64

2.5. Quarto encontro - 08.07.2023 67

Licenciamento ambiental: A não inclusão da comunidade do Contorno no EIA/RIMA 67

3 - Análise antropológica apresentada na ação civil pública: Desapropriações Forçadas e a Luta por Direitos na Comunidade do Contorno 71

Considerações finais 77

Referências 79

LISTA DE SIGLAS

CFP	Coletiva Feminista Popular
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
MPF	Ministério Público Federal
NSS	Nova Subida da Serra
ISS	Imposto Sobre Serviço
PIS	Programa de Integração Social
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
IRPJ	Imposto sobre Renda das Pessoas Jurídicas
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
PROCERT	Desenvolvimento Profissional, Gerencial & Conformidade
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
PSOL	Partido Socialismo Liberdade
DC	Democracia Cristã
PSC	Partido Social Cristão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Delimitação da região de Petrópolis com a Localização da comunidade do Contorno indicada pelas coordenadas FQRC+G7 16

Figura 2: Mapa Hidrográfico de Petrópolis 17

Figura 3: Mapa das Áreas de Preservação Permanente de Petrópolis 17

Figura 4: Mapa do Uso do Solo de Petrópolis 18

Figura 5: Diagrama Delírio 26

Figura 6: Esquema de síntese do neoliberalismo para Mbembe 29

Figura 7: O devir negro no mundo 30

Figura 8: Esquema que ilustra a relação alienante na experiência do espelho 32

Figura 9: Delimitação da região de Petrópolis com a Localização da comunidade do Contorno indicada pelas coordenadas FQRC+G7 37

Figura 10: Registro de alguns encontros com a comunidade e da Audiência Pública 39

Figura 11: Registro da evolução da escola, que é um grande símbolo do vínculo comunitário entre os moradores, ao longo do tempo 41

Figura 12: Tentativa de demolição da casa da dona Amélia. 42

Figura 13: Registro dos atos públicos que cobram indenização, justiça e reparação para as famílias que foram afetadas com a abertura da cratera 48

Figura 14: Mapa da BR 040 50

Figura 15: Composição da imagem de mercado 52

Figura 16: Composição da imagem de mercado 53

Figura 17: Composição da imagem de mercado 53

Figura 18: Composição da imagem de mercado 54

Figura 19: Política de GERAR Qualidade 54

Figura 20: Controladas 55

Figura 21: Composição Acionária da triunfo 55

Figura 22: Retrato de alguns conselheiros e da direção executiva da TPI 57

Figura 23: Comunicado ao mercado para a divulgação dos resultados da 4T23 59

Figura 24: Release 4T23 59

Figura 25: Tabela Tarifária dos anos de 2023 e 2022 com reajuste, e o Comportamento gráfico que modela a variação de receita 60

Figura 26: Enumeração dos valores da TPI 60

Figura 27: Registros: Cratera, estado do túnel quando a obra foi paralisada em 2016 e a retomada das obras em 2024 70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Encontros na Comunidade do Contorno 38
Quadro 3: Grupo de trabalho para elaboração do Relatório da Câmara Municipal de Petrópolis 66
Quadro 4: Análise dos Impactos Sociais e Ambientais Pós-Abertura da Cratera (BRASIL, 2017). 73

Apresentação

Meu nome é Ester Guerra, filha de Márcia Cristina e Ezequias Guerra, a terceira de cinco filhas. Natural de Duque Caxias. Estudei do c.a. ao nono ano na Escola Municipal Monteiro Lobato, e o Ensino Médio no Colégio Estadual Adelina Castro em Campos Elíseos, bairro em que vivi 19 anos da minha vida. Sou licenciada em física pelo CEFET/RJ campus Petrópolis e atualmente mestranda no Programa de Relações Étnico-Raciais no CEFET/RJ Maracanã. Além disso, sou militante feminista, bem como assessora parlamentar e pesquisadora acadêmica no tema de conflitos ambientais, epistemologia da ciência e ensino de ciências.

Ingressei no curso de licenciatura em física no ano de 2016, me mudando para Petrópolis, e iniciei neste mesmo período uma vida direcionada pelo ativismo político nas pautas de mulheres, negritude e assistência estudantil. Fui bolsista dos Programas de Iniciação à Docência, Residência Pedagógica e Extensão e Iniciação Científica. Apresentei dois trabalhos no Simpósio Nacional de Ensino de Física com os temas, “Máquinas Térmicas e a Primeira Revolução Industrial: os movimentos sociais como resultado de intervenções científicas.” e “O papel da pesquisa na formação de professoras e professores”. Coordenei a semana acadêmica de física que tratou sobre a “Produção de ciências na África”. Fui representante discente na cadeira de colegiado do curso de física e do COMPUS.

O curso de ciências exatas de modo geral é elitista, majoritariamente composto por homens brancos, e no curso de física foi exatamente assim. O processo da graduação me marcou em aspectos que vão desde a excelente formação profissional à formação cidadã marcada pela solidariedade e compreensão da realidade pela lente marxistas. Todo esse período de relação intensa com a academia associado aos meus marcadores sociais (mulher, negra e de classe trabalhadora) teve os mais variados níveis de desconfortos, adoecimentos e ausência de pertencimento.

O Dr. Fábio Sampaio, foi meu orientador na iniciação científica e devo a ele muito do conhecimento adquirido durante minha trajetória acadêmica, mas também o afeto com o qual ele me conectará à minha capacidade de produção científica acadêmica por diversas vezes. Foi o responsável por me apresentar muitos cenários possíveis para a continuação da minha carreira acadêmica de uma forma um pouco mais acolhedora, já que eu amo infinitamente pesquisar.

Eu chego no PPRER pela voz do Fábio, ele contava muito sobre o Programa, dizia que a maioria dos alunos eram negros, contava sobre as pesquisas que estava orientando ou que tinha conhecimento. Me incluiu no grupo de estudos e debate sobre a Crítica da Razão Negra de Achille Mbembe. Decidi então entrar para o programa em 2021, assim que me formei, mas não aconteceu porque minha defesa foi depois do período de inscrição para o processo seletivo do mestrado. Realizei o processo de 2022, e entrei. Lembro bem da primeira aula e a satisfação que percorreu meu corpo e alma como um abraço, eram muitos alunos pretos, uma experiência estética única. Naquele momento, foi um refrigério.

Ingressei para pesquisar epistemologia da ciência, entretanto esse trabalho mudou algumas dezenas de vezes. Para explicar como cheguei ao tema argumentando e defendido voltarei um pouco a minha monografia de graduação, na qual explorei a construção do corpo negro e fêmeo como alteridades à razão cartesiana. A ideia central era compreender a análise de que o corpo, no capitalismo, antes de ser submetido ao conceito de raça, é mecanizado. Pensando que dessa forma, ao conferir cor e sexo aos corpos automatizados de Descartes (FEDERICCI, 2017), é possível aprofundar a escala de crueldade e desumanização do sujeito. Como exemplo desse ciclo de exploração e racialização, abordei a atuação da Vale S.A. nos territórios originários em que opera, como Brumadinho e Mariana em Minas Gerais, e o Grande Carajás no Pará (GUERRA; BARCELLOS, 2021).

Com uma sensação intensa de trabalho incompleto e diversas análises a desenvolver, ao me deparar com um processo que denuncia a desumanização dos corpos e a devastação em larga escalada da natureza, senti-me profundamente provocada ao conhecer a comunidade do Contorno, esse encontro aconteceu por intermédio da advogada popular Cecília Vieira e pelo mandato da Coletiva Feminista Popular representado pela vereadora Júlia. O mandato a qual eu integro como assessora parlamentar e que compreende-se ideologicamente como socialiasta, entendendo que seu trabalho legislativo é uma tarefa histórica não para manutenção do poder mas sim um instrumento na mão das lutas populares, promovendo agito e avanço para pautas como municipalização do transporte, direto a cidade, reforma urbana e plano de habitação, entre tantas outras.

No bairro em que vivi por cerca de 20 anos, Campos Elíseos, abriga uma das principais refinarias do Brasil, a Reduc, responsável por 80% da produção de lubrificantes e pelo maior processamento de gás natural do país. A instalação dessa ampla estrutura de refino de petróleo provoca diversas violações de direitos humanos à comunidade, tais como negação de infraestrutura como saneamento básico, regularização fundiária, água tratada (a comunidade reutiliza a água contaminada pela refinaria), perda de espaços naturais, que antes eram bens

comuns. Entretanto, durante o tempo em que morei lá, não consegui identificar de maneira clara essas violações, era muito jovem, com pouco acesso a recursos educacionais e políticos que questionassem a instalação e atuação da refinaria frentes os interesses da população local.

Tudo aquilo que não pude mapear e acompanhar em Caxias, e também não pude investigar de maneira direta por meio de um trabalho de campo durante minha pesquisa de monografia, esteve à minha frente, em Maio de 2023, quando conheci a relação conflitante entre a Comunidade do contorno e a CONCER. De pronto eu mudei o tema da minha pesquisa e sigo agora pesquisando sobre megaempreendimentos, racialização e conflitos socioambientais.

Introdução

Esta pesquisa nasceu, inicialmente, como continuidade da minha monografia que também tratou sobre a instalação de mega empreendimentos em territórios originários, e comunitários, sendo dessa vez possível o acompanhamento, in loco, da comunidade referida e dos desdobramentos dos conflitos socioambientais vividos por ela, com olhar que parte da sua organização política como resistência às violações historicamente sofridas, tais como paralisação e entraves à regularização fundiária, negação de infraestrutura como ponto de ônibus, passarela, faixa de pedestres, acesso a água e luz, entre tantas outras.

Com o propósito de compreender a tensão ontológica entre os grupos e atores sociais envolvidos nesse conflito, e mapear a organização de resistência e ação da comunidade diante dos entes institucionais que representam a estrutura e a superestrutura social capitalista e racista, que se retroalimentam com os conflitos socioambientais, nos engajamos ativamente na vida orgânica da Comunidade do Contorno, situada em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Acompanhamos suas reuniões mensais na escola Leonardo Boff, cujo objetivo era preparar a comunidade para um enfrentamento político contra a CONCER[1] em uma audiência pública. Esta iniciativa foi um movimento conjunto com o Mandato da Coletiva Feminista Popular (CFP), representado pela Vereadora Júlia Casamasso (PSOL). Os encontros eram espaços de formação política, pesquisa, análise conjuntural e elaboração de conteúdos e documentos, incluindo atas, ofícios, apresentações e sistematização de slides e relatórios. O objetivo dos encontros era aumentar o custo político e buscar reparação pelas violações de direitos humanos causadas pela gestão da CONCER desde sua instalação em 1996, e por órgãos federais como o IBAMA e a ANTT.

Nossa participação nestes encontros foi ativa e direta, eliminando qualquer vestígio de neutralidade, apresentei pesquisas e conceitos teóricos que auxiliaram na compreensão da estrutura social que são inerentes ao tensionamento vivido pela comunidade e que estão relatadas neste trabalho. Estive envolvida em todas as etapas desenvolvidas, desde as reuniões de planejamento metodológico para condução dos espaços de encontros regulares com a comunidade, realizados no segundo sábado de cada mês, até as reuniões com Ministério Público Federal (MPF). Todo esse movimento conjunto entre mandato, comunidade e universidades culminou em uma audiência pública que aconteceu no dia 7 de novembro de 2023, convocada

[1] Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio

por uma Comissão Especial, aberta na Câmara Municipal de vereadores para os estudos dos impactos da ação da concessionária na comunidade do Contorno. É crucial ressaltar que, essa audiência não deve ser interpretada como um desfecho abrangente para a situação da comunidade, mas sim como uma conclusão específica de parte do estudo proposto pela comissão especial da casa legislativa.

O processo a ser mapeado, são os marcos de interação entre a Comunidade e a concessionária ao longo dos seis anos que sucedem ao solapamento do solo (cratera), que aconteceu no dia 7 de novembro de 2017, engolindo uma casa, e deslocando compulsoriamente 61 famílias, sendo 55 delas na comunidade do Contorno. São inúmeros os relatos, captados em áudios e depois transcritos ou retirados de atas, e documentos como ação civil pública, inquéritos, relatórios, apresentados pelos moradores que demarcam a relação estabelecida entre eles e a concessionária.

Os megaempreendimentos, grandes operadores do capitalismo, gozam da prerrogativa de escolher seus locais de atuação e, frequentemente, deslocam comunidades para acomodar suas demandas comerciais. Este poder é exercido dentro de um contexto capitalista que prioriza a maximização de lucros acima das necessidades humanas e ambientais. Suas abordagens operacionais seguem o método científico cartesiano, uma epistemologia que mecaniza vidas humanas e a natureza (FEDERICI, 2017). Tal metodologia reflete a lógica capitalista de transformar tudo em mercadoria, incluindo pessoas e ecossistemas.

Além disso, esses empreendimentos estão profundamente interligados com o conceito de racismo ambiental, que facilita a apropriação e a espoliação de territórios habitados por grupos raciais específicos (ACSELRAD, 2002). A lógica capitalista, ao buscar incessantemente novos territórios e recursos, encontra na marginalização racial um meio eficaz para expandir suas fronteiras e lucros. Isso se associa também à noção de raça e racismo, que confere um caráter "descartável e solúvel" aos sujeitos (MBEMBE, 2014, p.18). O capitalismo, portanto, não apenas opera através da exploração econômica, mas também reforça e se beneficia de estruturas racistas, perpetuando um ciclo de opressão e destruição que sustenta sua própria existência.

A denúncia das violações cometidas por grandes projetos, como o da Nova Subida da Serra (NSS) da CONCER, deve ser disseminada em níveis municipal, estadual, nacional e internacional. Remover um grande projeto rodoviário de um território não pode resultar em sua transferência para outro. A mobilidade desses empreendimentos é frequentemente respaldada por parâmetros legais, o que os autoriza a passar por cima das comunidades como rolos compressores. Existe ainda uma defesa teórica de que a escolha de seus locais de atuação

frequentemente recai sobre comunidades vulneráveis economicamente e com pouca mobilidade espacial, mas ricas em recursos minerais (ACSELRAD, 2002).

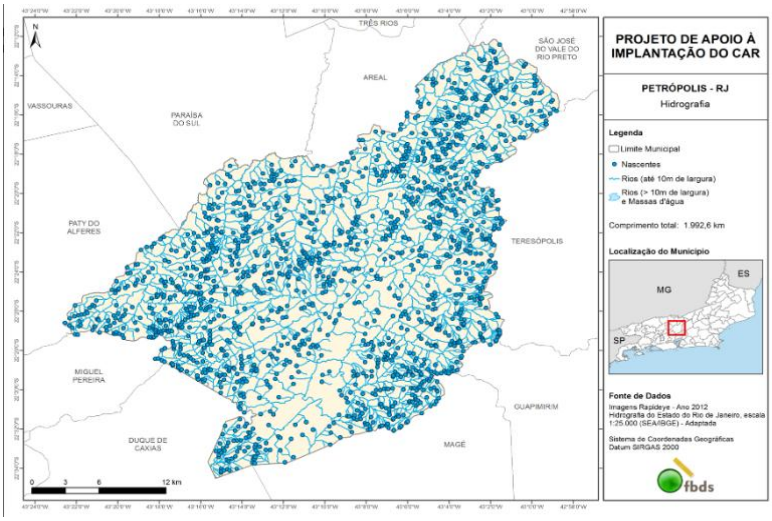
Petrópolis é uma cidade situada nas montanhas do estado do Rio de Janeiro, e abriga uma riqueza de recursos naturais, incluindo uma diversificada flora e fauna. A região é marcada por uma variedade de espécies de árvores da Mata Atlântica, como jequitibá e ipê, que convivem com vegetação de altitude, como bromélias e orquídeas. A fauna exibe diversas espécies, incluindo capivaras, tatus, jaguatiricas e tucanos. Além disso, a região é rica em recursos minerais, como a água, que é abundante por meio de rios, córregos e nascentes, contribuindo para a biodiversidade e oferecendo uma fonte essencial de vida para seus habitantes. A observação dos mapas da cidade nos permite reconhecer toda sua riqueza vegetal e mineral, quanto tratamos da água.

Figura 1: Delimitação da região de Petrópolis com a Localização da comunidade do Contorno indicada pelas coordenadas FQRC+G7



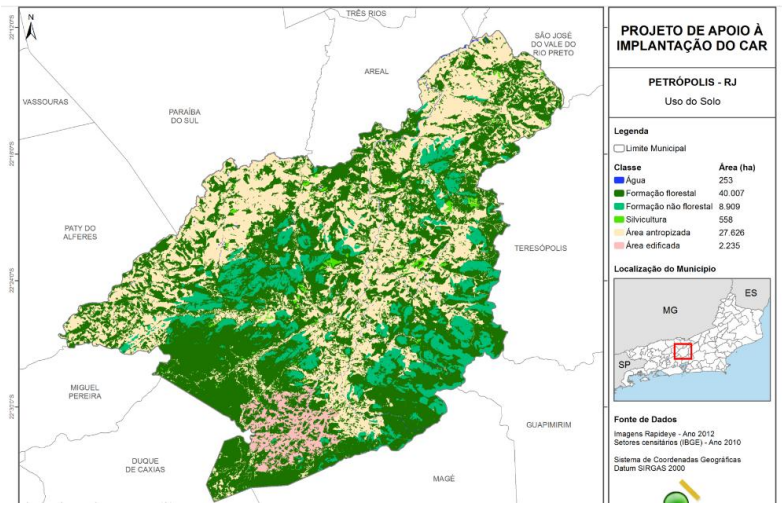
Fonte: Imagem do Google Earth

Figura 2: Mapa Hidrográfico de Petrópolis



Fonte: Disponíveis em < https://geo.fbds.org.br/RJ/PETROPOLIS/MAPAS/ > acessado em: 26 de Maio de 2024 às 15:28

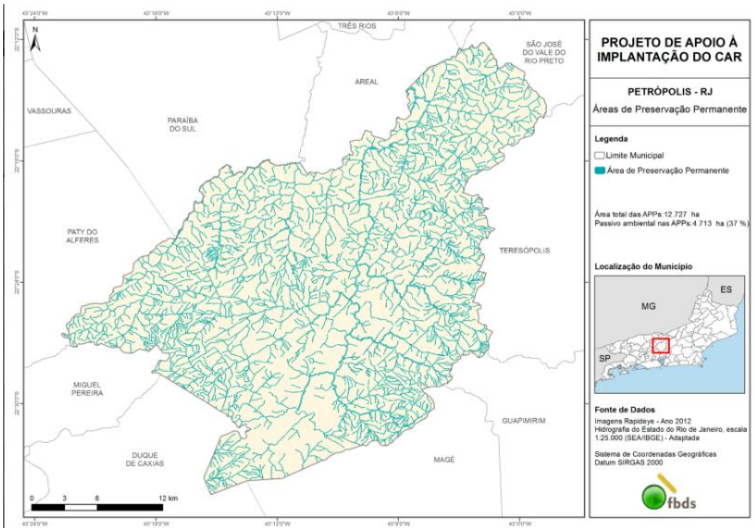
Figura 3: Mapa das Áreas de Preservação Permanente de Petrópolis



Fonte: Disponível em < https://geo.fbds.org.br/RJ/PETROPOLIS/MAPAS/ > acessado em: 26 de Maio de 2024 às 15:28

Figura 4: Mapa do Uso do Solo de Petrópolis

Fonte: Disponíveis em <



https://geo.fbds.org.br/RJ/PETROPOLIS/MAPAS/ > acessado em: 26 de Maio de 2024 às 15:28

Cruzando a imagem de satélite com os demais mapas apresentados, é possível verificar a riqueza ambiental da cidade de Petrópolis, e por consequência da comunidade do Contorno. No entanto, a cidade, assim como muitas outras com características semelhantes no Brasil, transformou-se a partir de um modelo de cidade que atende aos interesses capitalistas, tornando-se um produto de grande valor para o mercado financeiro e especulações imobiliárias, atraindo a instalação de megaprojetos rodoviários, industriais (com a presença de várias cervejarias) e imobiliários (com a construção de inúmeras mansões ao longo da BR 040).

A instalação da CONCER, e do empreendimento concessionário (NSS), junto com a atuação das entidades institucionais, em regra, visam esvaziar a terra, constituindo um processo de higienização que pode ser descrito da seguinte maneira: (i) Inicialmente, ocorreu a instrumentalização de um processo movido pelo IBAMA em 2003, que propõe a remoção da comunidade devido às complexidades geológicas locais, que não surpreendentemente são as mesmas para todo o município de Petrópolis. (ii) Isso é seguido pela guerra infraestrutural, aprofundada, pela CONCER com a não regularização e oferecimento de serviços que são de sua competência e que garantem vida e reprodução das vidas dos moradores da comunidade; (iii) A não citação da comunidade do Contorno nos Estudos e Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA) para o início das obras, que contou com as explosões de rochas, resultando em tremores e rachaduras nas casas. (iv) Subsequente, paralisação das obras com a concessionária alegando falta de recursos repassados pela União, sem se quer entregar um novo estudo de impacto ambiental para IBAMA e ANTT relatando as consequências da paralisação da obra.

(v) Adicionalmente, a abertura de uma cratera com cerca de vinte metros de profundidade sobre um túnel em construção, a expulsão de 55 famílias, a suspensão dos alugueis sociais e a revelação de que as obras haviam sido paralisadas um ano antes da abertura da cratera; (vi) Houve também o sentimento e o movimento da concessionária de aterrorização da comunidade devido à possibilidade de novos crimes ambientais, como a abertura de uma nova cratera, além do uso das forças policiais e judiciárias para desapropriação das casas.

Esse processo de delimitação da comunidade a partir da chamada zona de domínio restrita a Concessionária é um grande instrumento de ameaça e tensão para os moradores. Muitos deles souberam da ordem de despejo e desapropriação pelo oficial de justiça. Chamar de invasor, lançar mão de ações judiciais e usar o braço armado do estado para desapropriar é uma movimentação já vista em prática na gestão de executiva de megaempreendimentos extrativistas, a Vale S.A. multa e processa pescadores e garimpeiros que complementam sua renda familiar, de maneira artesanal até hoje em Minas Gerais. Cachoeiras espaços comunitários, de bem comum, que frequentemente asseguram a independência econômica e a soberania alimentar dessas mulheres foram "elevados" à condição de propriedades privadas das mineradoras.

A compreensão de quais papéis sociais vivem os moradores da Comunidade do Contorno compostos pela natureza que caracteriza seu território, pode basear-se em reflexões teóricas provocadas pela relação conflituosa entre comunidades e empreitadas extrativistas. Inicialmente, busca-se entender quem é afetado negativamente pela iniciativa, projeto de desenvolvimento. O conceito de "atingido", quando ligado a questões ambientais, foi estudado por Carlos Vainer, economista e sociólogo, em 2008 (VAINER, 2008 *apud* LOSEKANN, 2016), atualmente professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele desenvolveu esse conceito a partir dos impactos das hidrelétricas nos territórios. Segundo Vainer, "atingido" é o ser humano que é desapropriado de seu território, juntamente com parte ou toda a comunidade com a qual convive, para a instalação e realização de um empreendimento extrativista.

Losekann avançou esse debate em seu artigo, apresentando a contribuição de Zhouri e Valencio, que ao analisarem a relação entre "impacto" e "atingido", denunciam a padronização das pessoas como um mecanismo para perpetuar a desigualdade, ampliando o que anteriormente estava restrito a empreendimentos energéticos. Essa padronização é chamada por eles de "estandardização dos sujeitos e dos territórios", podendo ser aprofundada quando associada às ferramentas analíticas apresentadas por Mbembe em "Crítica à Razão Negra"

(2014), quando ele explora o devir negro no mundo e a construção do negro como corpo desprezível e dissociável, aprofundaremos essa compreenssão no Capítulo I.

Mbembe (2014) examina esse processo de racialização através de três momentos históricos: Primeiro, o tráfico atlântico, onde o negro é tratado como moeda, mercadoria e objeto; segundo, caracterizado pela revolta e articulação da linguagem, reivindicação e liberdade; Terceiro, implicando na "globalização dos mercados, a privatização do mundo sob o amparo do neoliberalismo, onde o negro deixa de ser caracterizado exclusivamente pelo gene de origem africana" (MBEMBE, 2014, p.18). A ideia de se produzir um corpo Negro forneceu ao sistema capitalista todas as etapas necessárias para criar sujeitos submissos e exploráveis. Não por acaso, os afetados por megaempreendimentos energéticos, minerários ou rodoviários são submetidos a um processo de desapropriação de seus territórios que os coloca brutalmente em uma condição de submissão forçada e destrutiva.

Para nós, o "atingido" gerado pelas instalações e operações de grandes projetos é um corpo sobre o qual o Estado detém o poder sobre a vida e a morte, mantendo seu território e comunidade em um estado de sítio, projetando-o como um "objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se e desfazer-se" (MBEMBE, 2014, p.26). O “atingido” é também, a nosso ver, um corpo que habita um território colonizado, subdesenvolvido caracterizados por Fanon, em Os Condenados da Terra, como “animais políticos no sentido mais global do termo” (FANON, 2022, p.78), aqueles que têm os pés descalços, mobilidade reduzida e humanidade negada.

Para além da discussão sobre as marcas sociais para os corpos atingidos por essas ações, essa pesquisa permite alguma compreensão sobre os marcos epistemológicos que moldam a concepção de "bem ambiental" (que será apresentado a partir do encontro 4, no capítulo II) uma compreensão que emergiu por meio de uma análise discursiva das narrativas dos moradores durante encontros mensais e nos documentos selecionados para análise que produzem assim uma cartografia discursiva do processo vivenciado por essa comunidade a partir do marco Cratera.

Os encontros com os moradores, que serão relatados no segundo capítulo já com algumas reflexões teóricas, apresentam também a guerra que é a produção e solidificação do conhecimento enquanto estruturas dominantes. De acordo com Grosfoguel, a base do conhecimento institucional, que é o que contrasta com o saber popular das comunidades atingidas, foi forjado através do "epistemicídio" de povos muçulmanos, judeus, nativos americanos, africanos e mulheres europeias acusadas de bruxaria. O autor é crítico ao conceito cartesiano de dualismo ontológico, que separa corpo e mente, inaugurando uma tradição de

pensamento masculino ocidental que se pretende universalista e neutra, mas que orienta a atividade científica. Sendo assim, tal estrutura perpetua a cultura ocidental, marginalizando saberes produzidos por outros grupos e entregando o poder de determinar a verdade ao homem branco ocidental (GROSFOGUEL, 2016).

O terceiro capítulo, e último deste trabalho, apresenta a análise pericial antropológica da comunidade do Contorno e do Zizinho, produzido pela antropóloga Kênia, juntada na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal contra a CONCER, como síntese da violação concreta, e metodológica a qual as famílias atingidas pela instalação de grandes empreendimentos são acometidas. A análise me parece uma importante tentativa de comunicar ao judiciário que a violação sistemática produzida pela concessionária tem lastro temporal (visto que o que ocorreu com a abertura da cratera é um aprofundamento das violações anteriormente sofridas), e tem sua marca operacional, uma vez que há outras ACPs que denunciam comportamentos similares por parte dos grandes empreendimentos no Brasil. É também neste capítulo que apresentamos a contribuição das interseções entre as teorias político-filosóficas aqui apresentadas e prática.

Esse processo de pesquisa não foi linear, o percurso foi redirecionado algumas dezenas de vezes, por esta razão, nos coube em excelência o método da cartografia, conforme pensado por pesquisadores da filosofia, da psicologia social e dos estudos do discurso. A possibilidade de observar, entendendo a origem das forças e tensões que relacionam processos de sujeição e seus atores sociais sem reduzir a complexidade dessas interações, aumentando assim, a relevância da entrega deste trabalho enquanto pesquisa acadêmica.

Assim, a metodologia que orienta nossos desdobramentos é a cartografia, um método de pesquisa-intervenção que transcende a separação entre conhecer e agir. Essa abordagem não é restritiva nem predeterminada, desenvolvendo-se a partir da experiência e sendo orientada pelo movimento intrínseco da pesquisa que é a coexistência da teoria e da prática, como destacado por Barros e Passos (2009).

Entender as dinâmicas e discursos que produzem as tensões entre O Contorno, que é território vasto em riqueza mineral que muito interessa aos megaempreendimentos extrativistas, até mesmo os que enquadram-se no campo da logística e infraestrutura, é inegociável para nós, vista nossas tendências teóricas e compromisso com os movimentos sociais, com a denúncia de modelos de cidade e desenvolvimento que pensam o lucro em detrimento da vida e da reprodução dela, com a entrega de uma pesquisa acadêmica socialmente relevante.

Nosso objeto de pesquisa, Comunidade do Contorno, nos possibilitou análises e reflexões que apontam para mecanização (FEDERICI, 2017) e a racialização dos corpos

(MBEMBE, 2014) juntamente com as permanências do processo de colonização, tendo em vista que a relação de colonização e subdesenvolvimento é dada como causa e efeito (FANON, 2022) como possíveis tecnologias motoras para a violação da existência humana e a dissociação dos vínculos com território, natureza e vivência em comunidade.

Acompanhar o processo de formação do movimento social na comunidade do Contorno, voltado para pressionar o Estado e as instituições que perpetuam estruturas classistas e racistas, é uma tarefa que requer imersão na experiência vivida pelos indivíduos locais. Como afirmam Passos e Barros (2019), determinar um objeto de pesquisa implica compreender que moldamos nosso trajeto conforme a jornada se desenrola.

Neste estudo, serão apresentadas fotografias e transcrições de falas dos moradores e membros da comissão de trabalho do mandato da Coletiva Feminista Popular, representado pela Vereadora Júlia Casamasso, além de pesquisadores como Hailton Pinheiro (em memória), Gustavo Costa, e universitários que participaram dos encontros na comunidade. Todo material foi utilizado com autorização e transparência ética.

O primeiro capítulo da dissertação busca um embasamento teórico articulando a crítica à epistemologia cartesiana de Federici (2017), o conceito de devir negro no mundo e raça de Mbembe (2014), a necropolítica de Mbembe (2018) e as discussões sobre colonização e subdesenvolvimento de Fanon (2022), como tecnologia instrumental para os megaempreendimentos em detrimento das comunidades locais. Para isso, contaremos com alguns diagramas e quadros que funcionarão como lupas para observações e provocações teóricas que nos propomos fazer.

O segundo capítulo, tem como objetivo principal apresentar a comunidade do Contorno e sua história que vai se desenhando ao longo dos encontros. A comunidade se apresenta, e demanda formações políticas e preparo para a audiência pública, e é neste momento que outros atores incorporam o espaço e a produção de narrativa fazendo com que o trabalho ganhe interdisciplinaridade e múltipla atuação social, com a participação de advogados populares, e pesquisadores de projetos de extensão, e gestor público, com bolsista de iniciação científica da FAPERJ. Esse momento foi fundamental para a nomeação dos sujeitos que compuseram as controvérsias nessa disputa política pelo território e direito à vida em comunidade, para além da própria comunidade. Ainda neste capítulo, propomos mapear a atuação do MPF, do IBAMA, e das universidades e pesquisadores parceiros de maneira pontual, ou seja, em casos específicos, isolados mas contextualizados. Nosso interesse principal é produzir uma análise discursiva que explore as tensões que envolvem as narrativas apresentadas pelo Contorno e pela CONCER e apresentar a materialidade de algumas teorias sociais supracitadas a partir do contraste.

No terceiro capítulo, abordamos os danos socioambientais causados pelas obras da NSS na comunidade do Contorno, em Petrópolis, RJ, especialmente após o solapamento do solo em 2017. Desde que a CONCER assumiu a administração da BR 040 em 1996, a população local enfrenta desapropriações forçadas, falta de infraestrutura básica e condições de vida precárias nos abrigos fornecidos. Os estudos antropológicos periciais encomendados pelo Ministério Público Federal revelam a profundidade das violações de direitos, incluindo a perda de moradia, traumas emocionais e a ruptura de laços sociais. A situação exemplifica um padrão de negligência e desumanização comum em grandes empreendimentos no Brasil, exacerbado pelo racismo estrutural e pela exclusão das comunidades afetadas dos processos decisórios.

Nem a escrita, nem os processos de pesquisa deste trabalho foram lineares, foram muitas idas e vindas, planejamento de percurso, a cada encontro com a comunidade mapeamos a reorientação dos objetivos de pesquisa dada a necessidade de tomada de decisões e orientação pautadas no momento exato de uma reunião ou encontro de modo que nos era imperativo não perder a sistematicidade ativa exigida para a conclusão deste trabalho. A cartografia foi a ferramenta metodológica que nos auxiliou na compreensão de um fenômeno social que já estava em curso, possibilitando a construção de paralelos com eventos similares na ordem dos conflitos socioambientais.

A cartografia, como método de pesquisa, se destaca pela sua abordagem dinâmica e adaptável na análise de processos em constante transformação. Inspirada nas ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari, essa metodologia desafia as convenções ao rejeitar a tradicional divisão entre métodos quantitativos e qualitativos, optando por uma compreensão fluida da realidade. Em vez de adotar um conjunto fixo de regras, a cartografia promove uma postura experimental, encorajando os pesquisadores a se envolverem ativamente nos fenômenos estudados e a estabelecerem conexões entre elementos diversos. Essa abordagem flexível e aberta permite uma análise mais profunda e contextualizada, capturando a complexidade e a diversidade dos processos em estudo, enquanto estimula uma visão mais holística e dinâmica da pesquisa (PASSOS; BARROS, 2019).

Assim, a cartografia discursiva é a abordagem metodológica que nos permitiu analisar as diversas vozes e significados presentes nos discursos sociais desta comunidade e da CONCER. É uma perspectiva que vai além da análise superficial do texto, buscando entender também as relações de poder e os contextos históricos e sociais que influenciam a produção e disseminação dos discursos, revelando as dinâmicas de poder, resistência e transformação presentes nas interações linguísticas e sociais (DENZIN; LINCOLN, 2005).

1 – Instalação de grandes empreendimentos e a racialização dos indivíduos e das comunidades

Os megaempreendimentos, ou megaprojetos, são grandes obras ou projetos de engenharia, de desenvolvimento e progresso urbano e de intervenção. São empreendimentos de grande porte, geralmente de infraestrutura e logística ou extrativismo, CONCER e Vale S.A., que envolvem planejamento estatal abrangente, processos de licenciamento ambiental já que podem gerar impactos socioambientais significativos, majoritariamente negativos, em uma determinada região. Estes impactos podem ocorrer independentemente da magnitude do empreendimento ou da extensão física de suas operações, expansões ou encerramentos. (REIS; FARIA; FRAXE, 2017)

Historicamente, desde o regime militar, o Brasil tem utilizado a construção de megaempreendimentos como uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico. Projetos de caráter geopolítico e cunho desenvolvimentista, como o Programa de Integração Nacional (PIN) de 1970, do governo militar de Emílio Médici, e o Programa Avança Brasil e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007 pelo então presidente da república Lula, são exemplos de iniciativas que buscaram “desenvolver, integrar o país e criar empregos” através de grandes obras de infraestrutura, conforme discutido no artigo "Compensação Ambiental de Megaempreendimentos no Estado do Amazonas: Relação entre Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento" dos autores supracitados.

O objetivo do Programa coordenado pelo Governo Federal em parceria com o setor privado, tem sido, segundo os veículos de comunicação e sites, o estímulo ao crescimento econômico, criação empregos por meio de investimentos massivos em infraestrutura, crédito, financiamento e medidas fiscais de longo prazo. Em 2023, foi lançado o Novo PAC[2], que guarda em se muitas semelhanças ao modelo desenvolvimentista que enquanto economia política aposta no crescimento industrial e superestrutura para o fortalecimento e crescimento econômico, acelerando a modernização econômica, reduzindo as desigualdades regionais e aumentando a competitividade do país no cenário global. No entanto, essa política também é alvo de inúmeras críticas, que apontam para problemas como a ineficiência estatal quando tratamos dos planejamentos, desequilíbrios macroeconômicos, e nos muitos conflitos

[2]Site do Governo Federal que apresenta o Novo PAC e diz como ele se organiza nos eixos. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-programa. Acessado em 15 de agosto às 05:13

ambientais gerados, tendo em vista que grande parte dos investimentos foram feitos na setor de produção energia elétrica, a construção de Belo Monte é um exemplo.

Assim como a produção de energia, o setor de infraestrutura e logística recebe e recebeu grandes incentivos nos últimos 90 anos, os megaempreendimentos e estão diretamente implicados como condição necessária para o progresso e estabilidade econômica e não por coincidência também protagonizam grandes conflitos socioambientais e econômicos devido aos seus impactos negativos sobre o meio ambiente e as populações que recebem sua instalação. Entre os problemas causados estão o desmatamento, o deslocamento compulsório das comunidades e a degradação de recursos naturais. A gestão ambiental desses projetos muitas vezes não consegue mitigar adequadamente esses efeitos adversos ou simplesmente não os equacionam, o que aprofunda as desigualdades sociais e a degradação humana e ambiental. A execução de megaempreendimentos no Brasil é uma questão complexa que tem se orientado pelo desenvolvimento econômico, a preservação ambiental para fins de mercado, um mercado que relativiza a vida humana.

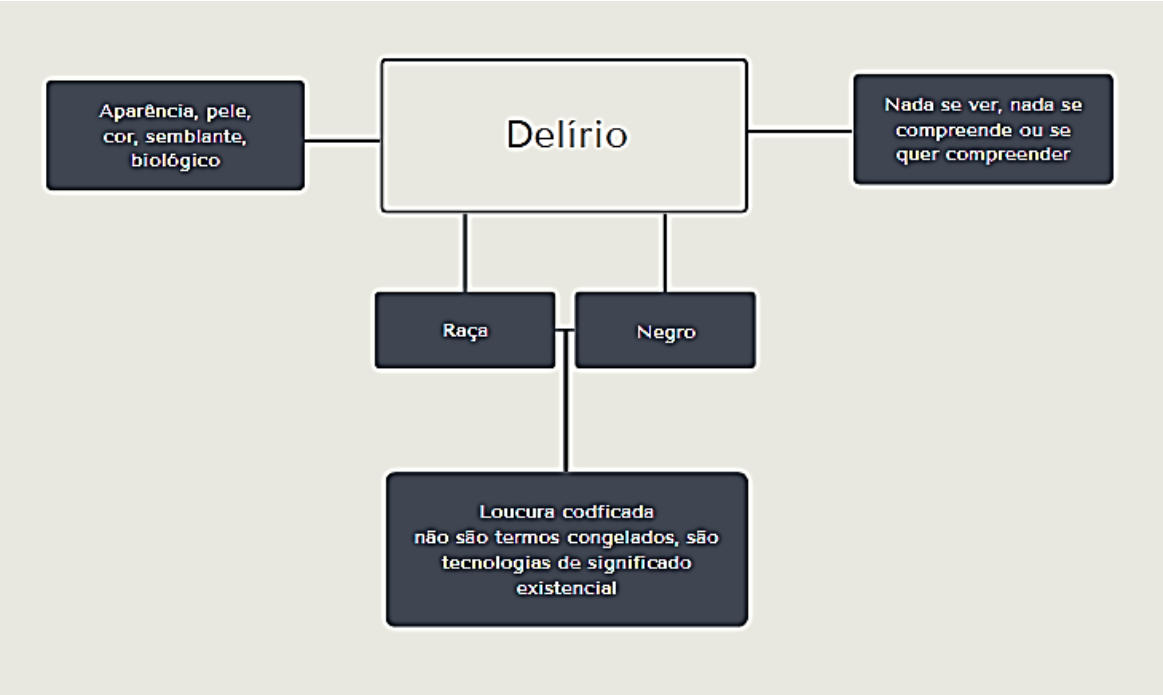
Essa relativização da vida e espoliação sistemática dos territórios e da natureza não marca somente o Brasil, mas diversas terras da América do Sul e diversos países do Continente Africano. Desdobrar o debate sobre raça, racialização e racismo a fim de questionar e compreender quem são os atores socioeconômicos diretamente afetados com os avanços em prol do desenvolvimento, e quem são os que operam o avançam, nos exige partir de algumas premissas que trabalhem a compreensão do corpo servil enquanto um movimento construtivo de conceber o ser mediante as modulações sofridas pela ordem social, histórica e econômica. Para a compreensão teórica sobre raça e racismo enquanto instrumentos tecnológicos que garantem as condições necessárias para manutenção do Estado capitalista e racista, e seus grandes projetos civilizatórios de progresso e estabilização da economia, nos debruçarmos no processo organizativo que Mbembe (2014) utiliza para defender sua compreensão sobre raça e racismo.

1.1. Devir negro no mundo

Em seu livro a Crítica da Razão Negra, Mbembe aborda teoricamente a produção da raça e do Negro. Para o autor, ambas se sobrepõem em diversos momentos, mas são tecnologias de opressão social e humana dissociáveis. A raça está diretamente associada ao *"estatuto de uma ficção de cariz (carcaça) biológico",* a cor, a pele, a aparência, seus traços e fenótipos

importam, e são indispensáveis. Já o Negro, com N maiúsculo, está onde "nada se vê, nada se compreende e nada se quer compreender", é aquele em que se quer confinar para extrair valor. Para Mbembe "*os mundos em particular fizeram do Negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura, a da loucura codificada"*[3] (2014, p. 11).

Figura 5: Diagrama Delírio



Fonte: Elaborado pela autora.

"Há sempre um negro, um judeu, um chinês, um mongol. um ariano no delírio, pois aquilo que faz fermentar o delírio são, entre outras coisas, as raças." (p. 11) Mbembe é fanoniano, logo apresenta termos que estão referenciados na psicologia e psiquiatria. O delírio é um estado de alteração mental, uma perturbação súbita que faz com que um indivíduo apresente uma visão distorcida da realidade, caracterizado pela incapacidade de estar atento, orientado, com pensamento claro e sem flutuações do nível de alerta, podendo ser reversível.

Para ele, o Negro é um delírio produzido pela modernidade, haja vista as manifestações pimárias por ele provocadas: (i) movimenta a passionalidade (comportamentos desprovidos de razão), considerar, a título de ilustração os casos dos jogadores brasileiros que quando jogam os campeonatos europeus são chamados de macacos, pelos torcedores que ainda arremessam

[3] O emprego de negrito e itálico ao longo do texto cumpre exclusivamente a função de destacar determinados trechos.

bananas[4]; (ii) “ninguém - nem aqueles que o inventaram nem os que foram englobados neste nome - desejaria ser um negro ou, na prática, ser tratado como tal” (2014, p. 11). (iii) A negação do que se vê, negação da humanidade, da cultura, e da história. Como se tudo que é dito não fosse compreendido, uma indisposição ao conhecimento do outro baseado na aversão.

É de senso comum pensar que a tecnologia se restringe a equipamentos e objetos que acompanham a modernidade no quesito sofisticação de produtos. Temos computadores e celulares com processadores rápidos, para melhor execução de programas e jogos, com memória RAM suficientemente adequada para os armazenamentos, tv de medidas que imitam os cinemas, instrumentos cirúrgicos automatizados e de alta precisão. Inteligências artificiais que simulam e reproduzem uma situação criada em texto em vídeo. Para muitos, somente o que listei e similares diz respeito a tecnologia em essência.

Para Mbembe, as estruturas construídas a partir dos conceitos de raça e do Negro são também tecnologias que formataram e ditaram como se dariam as relações na sociedade, se sofisticaram, e seguem como pilares de uma sociedade regida por um sistema econômico Neoliberalista que mantem e compreende às vidas humanas plásticas, solúveis e susbstituíveis.

Utilizo a teoria político-filosófica de Achille Mbembe sobre o conceito de raça e o devir negro no mundo, reconhecendo que essa teoria é uma entre várias ferramentas analíticas disponíveis para examinar o processo de racialização no Brasil. Embora pudesse ter optado por aprofundar o debate com base em outros autores, inclusive nacionais, que também enriqueceriam brilhantemente minhas reflexões, escolhi deslocar e ampliar o contexto da teoria de Mbembe, originalmente elaborada pelo autor com foco nos contextos da Europa, África e Palestina.

Pensar a racialização como um elemento importante desse processo de exploração desempenhado pelos grandes empreendimentos é a atualização do racismo enquanto tecnologia colonial globalizada. Compreendo que discutir raça no contexto brasileiro torna a cor da pele um marcador, um elemento indiscutivelmente determinante. Quando vemos como o racismo opera, por intermédio das estruturas institucionais, como a polícia, equipamentos de saúde, sistema penitenciário, entre outros muitos exemplos, fica ainda mais claro que ele é uma ferramenta, que preda com muito mais injúria as pessoas de genes africano, dentro dessa estrutura colonial e capitalista. Entretanto, esse trabalho propõe uma reflexão sobre o processo de racialização de uma raça “não determinada” ou “multideterminada” por características que

[4] Vinicius Jr. é chamado de chimpanzé por torcedores do Atlético de Madrid antes de jogo da Champions https://www.espn.com.br/futebol/real-madrid/artigo/_/id/13371141/vinicius-jr-chamado-chimpanze-torcedores-atletico-de-madrid-antes-jogo-champions

também sobrepõem ao racismo enquanto estrutura. Entendo que o processo de racialização é, portanto, um processo de dominação a ser desenvolvido com metodologia.

Os três marcos históricos apontados para a construção do "outro", e demarcam o devir, sublinham o processo contínuo de desumanização e instrumentalização dos corpos ao longo do tempo. No primeiro marco, a espoliação organizada transformou seres humanos em propriedade através do sequestro e trabalho forçado, despojando-os de sua identidade e cultura. No segundo marco, a imposição da língua do senhor, embora inicialmente um instrumento de dominação, tornou-se um meio de resistência e organização para os escravizados, mostrando a complexidade das dinâmicas de poder.

O terceiro marco, a globalização dos mercados e a privatização do mundo, traz à tona a figura do "sujeito neuroeconômico". Este sujeito, transformado em "homem-coisa" e "homem-máquina", regula sua conduta em função das normas de mercado, auto-instrumentalizando-se para otimizar sua felicidade dentro dos parâmetros capitalistas. A citação de Mbembe abaixo, ilustra como o capitalismo moderno leva o indivíduo a uma coisificação e solubilização, vendo-se constantemente obrigado a se reinventar para atender às demandas do mercado.

> Sujeito neuroeconômico absorvido pela dupla inquietação exclusiva da sua animalidade (a reprodução biológica da sua vida) e da sua coisificação (usufruir dos bens deste mundo), este homem-coisa, homem-máquina, homem-código e homem-fluxo, procura antes de mais regular a sua conduta em função de normas do mercado, sem hesitar em se auto-instrumentalizar e instrumentalizar outros para optimizar a sua quota-parte de felicidade. Condenado à aprendizagem para toda a vida, à flexibilidade, ao reino do curto prazo, abraça a sua condição de sujeito solúvel e descartável para responder à injunção que lhe é constantemente feita - tornar-se outro. (MBEMBE, 2014, p.15)

A transição do Feudalismo para o Capitalismo, marcada pela normatização e controle dos corpos, reflete-se no pensamento cartesiano. Descartes, ao dissecar o corpo humano e reduzir sua existência a uma coleção de membros, prefigura a instrumentalização capitalista do corpo e da vida. Esta visão mecanicista, que despreza o valor intrínseco da vida humana e natural, alimenta a lógica de mercado que Mbembe critica.

Assim, ao longo dos diferentes períodos históricos, observa-se um contínuo processo de subjugação e mercantilização dos corpos, inicialmente através da violência física e mais tarde por meio de normas de mercado. Essa trajetória histórica, fundamentada na coisificação do ser humano, revela a persistente influência do capitalismo na conformação das relações sociais e econômicas, que Mbembe e outros autores contemporâneos continuam a problematizar.

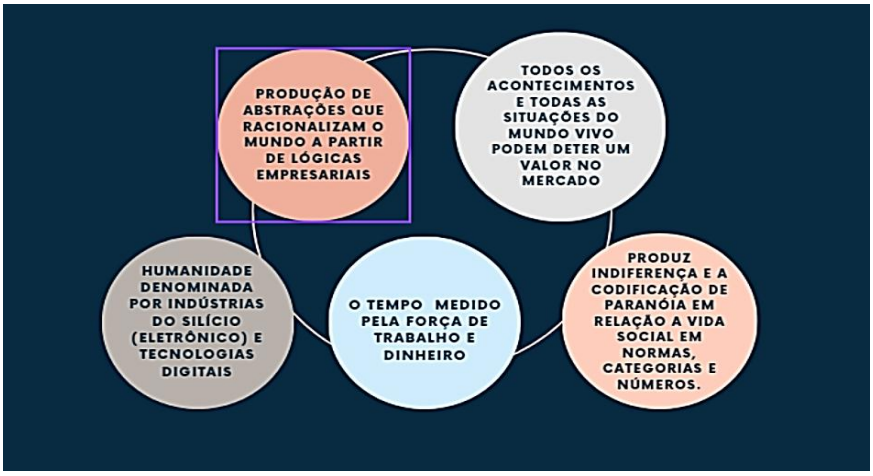
A transição do Feudalismo para o Capitalismo contou com o afastamento do segundo sistema econômico do animismo que muito marcou a Idade Média. Os sentimentos humanos

não são subalternos à razão e à natureza, intencionalmente, viva. Transitar esses dois sistemas econômicos exigiu muita produção científica e popularização de diversas teorias e crenças. A normatização em massa pode ser feita, entre outras tantas formas, por via da violência que pune, produz escárnio e exemplo. Em seu livro *Traité de l'homme,* O tratado do homem, Descartes (1662), a partir de todo seu acúmulo com a dissecação do corpo humano e o conhecimento profundo sobre sua anatomia e funcionamento biológico, garante que o corpo nada mais é que uma coleção de membros, um autômato, que sequer a morte deve ser lamentada, já que seu valor é ferramental.

É fundamental que o contexto em que Descartes produz sua teoria seja apresentado, ele não era um filósofo feudal, seus estudos foram desenvolvidos na Holanda burguesa, na emergência das demandas mercantis. A produção do corpo autômato, produz simultaneamente, o corpo máquina e trabalhador entregue ao Capitalismo. Dissociado de sentimentos e valores, inerte - daquele que está em repouso ou em movimento constante, no qual sua condição se altera caso seja submetido a forças externa - conceito científico que estava sendo também debatido na época, e que tendenciou e compôs a compreensão de cientistas como Francis Bacon, que também definiu o corpo como naturalmente avesso a razão, sem alma, sentimentos, aquele que não existe porque não pensa.

Desta forma, em sua primeira fase, o sistema capitalista caracteriza-se por sua dissociação ao animismo, distanciando-se de tudo que descreve corpo e natureza pela intencionalidade e alma. Já em sua segunda fase, a reaproximação é intencional e explorada, é permitido que a subjetividade, compreensão íntima do indivíduo sobre o que se é ou o que foi sistematicamente produzido, seja considerada como característica de seu corpo e humanidade, outrora rejeitada.

Figura 6: Esquema de síntese do neoliberalismo para Mbembe

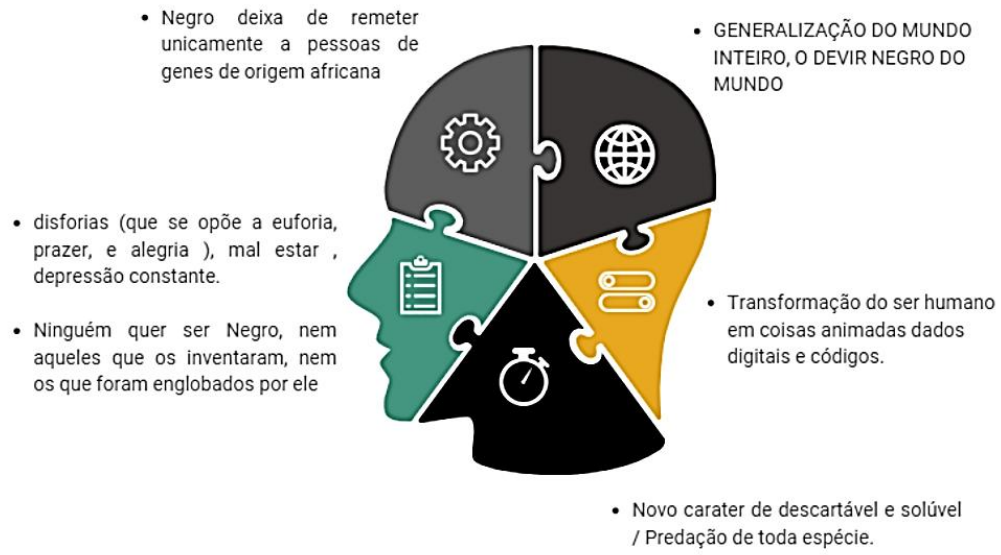


Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa etapa, a produção do outro segue existindo, só que agora de maneira generalizada. Se antes eram negros somente as pessoas de genes africanos, tomadas a força e nomeadas como propriedades pelo quesito da carcaça biológica, agora o confinamento para extração de valores de mercado podem ser feitas em outros corpos que não pretos, tendo em vistas que quase tudo possui valor de mercado. Mbembe reflete sobre a transformação do ser humano em dados digitais e códigos e com isso não há uma redução do racismo ou uma desqualificação da opressão racial historicamente construída, mas uma ampliação dos processos de racialização, onde o homem branco europeu ainda constitui o modelo sobre o qual se instituem os processos de dominação que se disseminam nos territórios do sul global.

Deste modo a opressão sofrida pelas pessoas de genes africanos foi generalizada dada sua eficiência civilizatória para atender a sociedade mercantil e capitalista. Assim a subjugação da raça nos termos em que acontece hoje é uma inovação tecnológica para civilizar, desumanizar, deslocar compulsoriamente de modo que as pessoas ainda que sigam vivas, estarão permanentemente em estado de injúria.

Figura 7: O devir negro no mundo



Fonte: Elaborado pela autora.

Produzir o Negro significa, entre outras coisas, negar a humanidade de um indivíduo, transformando-o prisioneiro, glorificador, submisso, bruto e feroz, sem acesso/direito à fala e à

escrita. Isso envolve submetê-lo a violências de ordem psíquicas, simbólicas, físicas e tridimensionais, perpetuando uma colonização cotidiana. Assim, o regime colonial se apresenta como eterno, alcançando o futuro com violências e injúrias "múltiplas, diversas, reiteradas, cumulativas", que afetam tanto a mente quanto o corpo (MBEMBE, 2014, p. 183).

Para ilustrar o processo de racialização, Mbembe utiliza a experiência do espelho da psicanálise, que descreve a alienação do ser ao conceber-se no mundo. Baseado em Fanon, essa experiência parte da compreensão da relação triangular que envolve, mãe, pai e bebê recém-nascido. Considera-se em primeiro momento o bebê e a mãe, ou o primeiro adulto com quem ele interage, e o espelho, que nada mais é que uma alegoria para pensar a forma como o bebê se verá. A criança vive como se apenas a mãe existisse no mundo – seu seio, leite, voz, olhos já que o mesmo se construirá sendo tudo o que a mãe diz, mostra, toca e determina. Assim, sua imagem no espelho, o que é visto e descoberto, é concebida através de algo ou alguém.

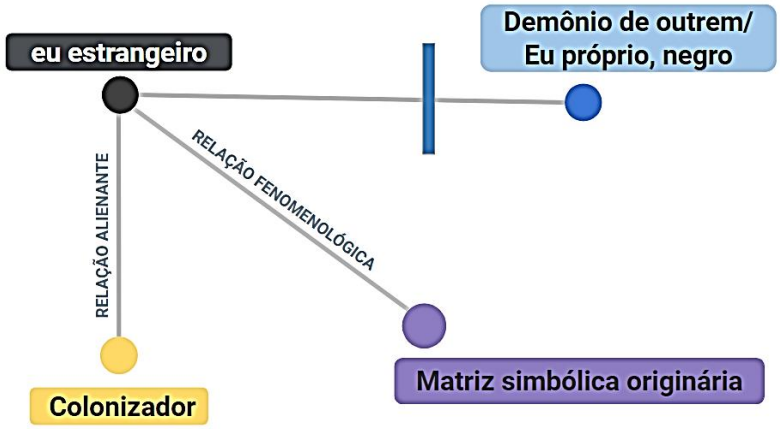
Assim como na psicanálise, a chamada "experiência do espelho" descreve para o negro sua relação com o colonizador. De acordo com Mbembe, a construção e desconstrução do Negro ocorre, simbolicamente, através dessa experiência psicanalítica, que é sem dúvidas uma violência. Consideremos o bebê como o Negro e a mãe como o colonizador. A relação unilateral e alienante, que vai do colonizador ao negro, o molda como um ser animalesco, autômato e submisso. Ao se olhar no espelho, a visão que o negro tem de si mesmo é essa, e não outra, pois é o colonizador quem o define para o mundo. Assim, ele vê o demônio que pertence a outra pessoa, e não a si mesmo, mas ao que foi construído sobre ele (Figura 7).

> Através da sua literatura, das suas músicas, das suas religiões e dos seus artefactos culturais, os Negros foram desenvolvendo uma fenomenologia da colónia que lembra, a muitos respeitos, aquilo que em psicanálise chamamos «experiência do espelho», porque nela parece estar em jogo não somente o confronto do colonizado com o seu reflexo especular, mas também a lembrança da captura, que associou a sua descendência à imagem aterrorizadora e ao demónio de Outrem no espelho, como seu totem." (MBEMBE**,** 2014, p. 181)

A relação fenomenológica que Mbembe descreve, desenvolvida a partir da matriz simbólica originária por meio do contato com a literatura e a cultura, permite ao negro se reconhecer como sujeito, como "eu próprio, negro" com n minusculo, descrito por sua etnia. Trata-se da quebra com a alienação do ser. Dentro da experiência do espelho, essa relação fenomenológica é comparável à relação do bebê com o pai, um terceiro elemento que rompe o vínculo alienante, permitindo ao bebê conceber o mundo além de sua relação com a mãe. Apesar dessa relação fenomenológica poderosa que promove vida e liberdade, o negro ainda vê o

demônio do outro (o negro produzido pelo colonizador) no espelho, pois essa é uma construção estrutural e institucional que reflete as violências cotidianas, passadas e futuras.

Figura 8: Esquema que ilustra a relação alienante na experiência do espelho



Fonte: Guerra; Barcellos, 2021

1.2. Raça e racismo

É preciso esclarecer de onde parte nossa compreensão de raça e em quais teóricos nos pautamos. De início, sinalizamos a não existência de raça humana do ponto de vista genético. A justificativa da escravização do outro, dada sua inferioridade biológica, foi construída pelo racismo científico, uma produção pseudocientífica tendenciosa, colonizadora, racista e criminosa, que entregou ao mundo a ideia de supremacia racial, que ainda na contemporaneidade atrai credores.

> A biologia e a antropologia física criaram a ideia de raças humanas, ou seja, a idéia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. Para ser sincero, isso foi ciência por certo tempo e só depois virou pseudociência. O que chamamos modernamente de racismo não existiria sem essa idéia que divide os seres humanos em raças, ou subespécies, cada qual com suas qualidades. (GUIMARÃES, 2008, p. 64).

O conceito de raça está diretamente ligado às análises sociológicas, de tal modo que qualquer sujeito no mundo está passível a racionalização. Para tal, são levados em consideração aspectos como cor da pele, país ou território de origem e cultura. É possível entender a raça de maneira dissociada do racismo, mas o caminho contrário não é viável, visto que o racismo é

uma tecnologia que instrumentaliza a raça para fins de dominação para extração de valores de mercado. O conceito de raça é o que torna o racismo uma das estruturas do capitalismo.

Não por coincidência, se levarmos em consideração Brasil e o Estados unidos da América (EUA), o entendimento de raça por parte da população, ainda sobre medidas sociológicas, é distinto, nos EUA, nenhum brasileiro é branco, somos latinos o que corresponde a um padrão biológico e cultural, assim para eles, todos os grupos étnicos são racializados.

> Quando se fala em raça, nos Estados Unidos, isso faz imediatamente sentido para as pessoas; não se pode viver nos Estados Unidos sem ter uma raça, mesmo que se tenha que inventar uma denominação – como latino – que designa uma uniformidade cultural e biológica de outro modo inexistente, mas imprescindível para possibilitar o diálogo com pessoas que se designam “negras”, “brancas”, “judias”, etc. Todos os grupos étnicos viram raça nos Estados Unidos, porque raça é um conceito nativo classificatório, central para a sociedade americana. Por outro lado, quando nos referimos ao afrocentrismo americano, ao panafricanismo, ao islamismo de Faraken, nitidamente estamos tratando de movimentos que estão reivindicando, não somente uma origem comum, mas um destino político comum enquanto povo. (GUIMARÃES, 2008, p.66).

Este trabalho tratará sobre o conceito de Raça e Negro apresentado e debatido por Mbembe (2014), partindo, portanto, de uma compreensão que contrasta do senso comum e análise ao longo da história da sociedade, mantendo em vista seu entrelaçamento com as estruturas socioeconômicas. Esse caminho teórico é fundamental, é antes de tudo, uma premissa, para que o debate apresentado neste trabalho seja compreendido não a fim de concordância finda, mas para a construção do sentido analítico dos fatos de ordem material.

Para mim, a Comunidade do Contorno pode ter e sofrer variação no que diz respeito a cor da pele e da cultura a depender de onde será observada. Se do norte global, será toda a comunidade racializada como grupo étnico negro e latino. Para os brasileiros, ou seja, se nos virmos de nosso próprio território, seremos racializados a depender da tonalidade da pele, e não pela reprodução sutil, excessiva ou familiar de traços negroides.

A globalização da compreensão de raça, nas suas múltiplas variações, está sempre instrumentalizada pelo racismo, visto que essa tecnologia é uma resposta da estrutura da sociedade capitalista. O racismo institucional, religioso e simbólico compõe a superestrutura, que nada mais é que a resposta do enraizamento da sociedade nesse modelo econômico milenar, que já na era mercantil, acelerou a coisificação do ser humano outro, distinto em cultura, pele e sexo em meio de produção para extração de valores de mercados. As mulheres o trabalho doméstico para revitalização do corpo trabalhador, manutenção da família e a reprodução compulsória da vida na Europa já industrializada, e as mulheres negras como escravas domésticas, e aos homens e mulheres negras africanas a condição de serem objetos, moedas e

mercadorias.

A instrumentalização da raça é a tecnologia que garante uma rentabilidade bilionária a 1% da população mundial que detém os meios de produção e possuem fortuna sem o exercício do trabalho, sua sofisticação significa a manutenção do Estado e das fronteiras da cidade que garantem a existência segura dos abastados. Para tal, é indispensável a compreensão de que o Negro, é uma construção social e tecnológica que ultrapassa a descrição da carcaça biológica de um ser humano. Para Mbembe, a grande movimentação do Neoliberalismo estar na construção do Negro enquanto um corpo que quando olhamos, nada vemos, um corpo que nada sabe e nada produz, sem linguagem, descartável e solúvel, um copo que até pode ser descrito pela cor da pele, porque o outro poder ser preto, marrom ou amarelo, mas sobretudo, o Negro, deve ser aquele que pode ter toda sua humanidade aniquilada.

A base teórica que permite o avanço desse trabalho, está na compreensão de que a construção do Negro é a consequência do seu devir no mundo, que é indissociável de sua classe, indissociável do existir a partir da ideia do outro e da diferença, e da sofisticação do capitalismo em sua segunda fase. O Negro, descrito por Mbembe, o delírio que produz um ser descartável e insolúvel não está, ou não se limita a estar, na ordem da contemporaneidade, resguardado, somente, nos corpos negros, que carregam os genes africanos. Assim como é impossível dissociar o racismo da raça é impossível não compreendê-lo, agora, associado às estruturas capitalistas que subalternizam e exploram as classes.

Para Arendt, “A Raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade, mas seu fim (...) não o nascimento natural do homem mas sua morte antinatural.” (ARENDT, 2012 *apud* MBEMBE, 2018, p.18). “Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, descrito pelo direito soberano de matar” (MBEMBE, 2018, p.18). O Negro é, então, todas as raças a que se possam produzir injúrias, escânios e extermínios. Entendendo que tudo que outrora fora acometido com os africanos sequestrados de África e os diaspóricos, fora generalizado, como um simulacro capaz de encobrir muitas raças.

> Por fim, a raça é uma das matérias-primas com as quais fabricamos a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser gasta ou passada sem reservas. Pouco importa que ela não exista enquanto tal, e não só devido à extraordinária homogeneidade genética dos seres humanos. Ela continua a produzir efeitos de mutilação, porque, originariamente, é e será sempre aquilo em nome do qual se operam fissuras na sociedade, se estabelecem relações de tipo guerreiro, se regulam as relações coloniais, se repatriam e se prendem pessoas cuja vida e cuja presença são consideradas sintomas de uma condição limitada, e cuja pertença é contestada porque provém, nas classificações vigentes, do excedente. Enquanto instrumento, a raça é, portanto, aquilo que permite simultaneamente nomear o excedente, associando-o ao desperdício e à despesa, sem quaisquer reservas. A raça é o que autoriza localizar,

> entre categorias abstractas, aqueles que tentamos estigmatizar, desqualificar moralmente e, quiçá, internar ou expulsar. A raça é o meio pelo qual os reificamos e, baseados nessa reificação, nos transformamos em senhores, decidindo desde logo sobre o seu destino, de maneira a que não sejamos obrigados a dar qualquer justificação. Pode então comparar-se o trabalho da raça a um ritual sacrificial - aquela espécie de acto ao qual não se é obrigado a responder. Este endereço que permanece letra-morta - eis precisamente o que, na modernidade, regeu o princípio racial, instituindo, de imediato, aqueles que são os seus alvos como figuras perfeitas da exterioridade radical (MBEMBE, 2014, p.70).

Embora a raça não exista como uma realidade biológica, ela persiste como uma construção social que cria divisões e justifica a exclusão e controle de certos grupos. Serve para diferenciar e marginalizar vidas consideradas descartáveis, promovendo fissuras sociais, conflitos, e relações coloniais. A raça facilita repatriações e prisões de indivíduos vistos como indesejáveis. Como um instrumento, ela estigmatiza e desumaniza pessoas, transformando-as em objetos descartáveis sem a necessidade de justificativas. Portanto, a raça opera como um ritual sacrificial, estabelecendo alvos de exclusão e configurando-os como totalmente externos à sociedade na modernidade (MBEMBE, 2014, p.70).

Assim é a instrumentalização da raça que permite criar divisões, estabelecer relações de dominação, regular políticas coloniais e justificar a repatriação ou encarceramento de indivíduos socialmente construídos, e, portanto, vistos como excedentes e indesejáveis. A raça, como ferramenta, nomeia o excedente, associando-o ao desperdício, e permite estigmatizar e desqualificar moralmente certas pessoas, convertendo-as em alvos de exclusão e controle sem necessidade de justificativa. Esse processo as transforma em símbolos de alteridade radical onde suas vidas são descartáveis e sem necessidade de resposta ou responsabilidade.

2 – Relatos dos encontros com a comunidade do Contorno e uma breve análise a partir dos conceitos de colonização e raça

Este capítulo tem como objetivo apresentar de forma concisa, porém abrangente, os encontros realizados ao longo de 8 meses com a comunidade do Contorno. Nosso propósito é apresentar uma cartografia discursiva desses espaços que tem como finalidade a ampliação do custo político e a busca pela reparação das violações de direitos humanos cometidas durante a gestão da CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio de Janeiro - na administração da BR 040, bem como pelas ações de órgãos federais como o IBAMA e a ANTT. Esse trabalho está norteado por compreensões conceituais críticas acerca da construção de colonização e subdesenvolvimento (FANON, 2022), corpo racializado (MBEMBE, 2014), mecanizado (FEDERICI, 2017) e atingido (LOSEKANN, 2016).

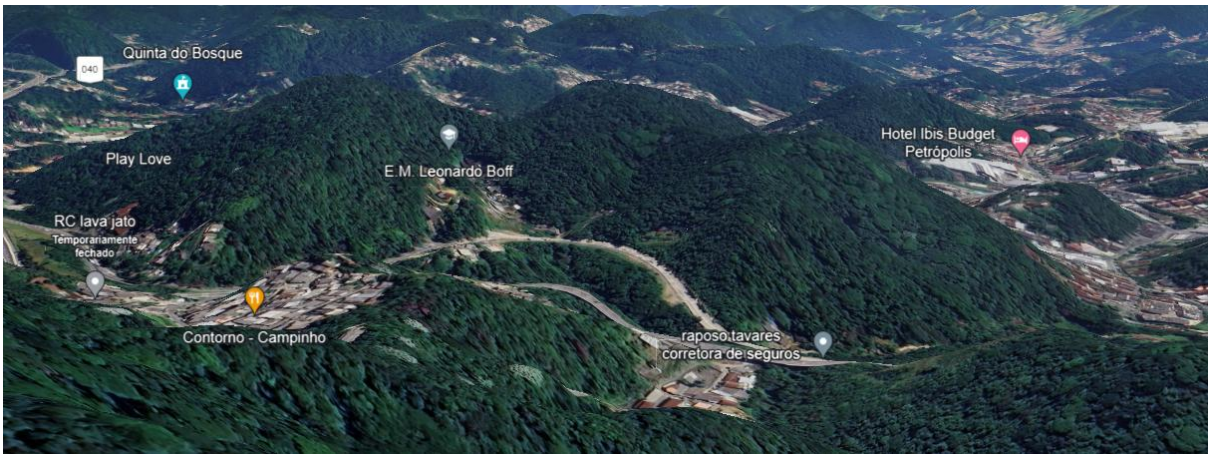
Os encontros contaram com uma frente de trabalho de uma comissão especial da casa legislativa de Petrópolis, o grupo era integrado por Lorran Kasesky, arquiteto e mestrando em Urbanismo pela PUC, que também é assessor parlamentar no mandato da Coletiva Feminista Popular; Júlia Casamasso, professora e doutora em Filosofia pela UFRJ e Vereadora representante do mandato da CFP; Débora Pena advogada pela UFRRJ, e eu - Ester Guerra, licenciada em física e mestranda em Relações Étnico-Raciais. Essa frente de trabalho foi ampliada, foram construídos encontros decisórios que contaram com a participação ativa de professores universitários, advogadas populares, e das lideranças comunitárias Angélica Domingas, mestre em Educação, e de seu Paulo Proença, professor de filosofia.

O compromisso desses encontros foi estabelecer um diálogo horizontal e participativo com a comunidade do Contorno, buscando construir, coletivamente, um relatório que dê voz às suas lutas e reivindicações por direitos e pela transformação social da realidade. A iniciativa foi fruto da vontade da comunidade em relatar sua história. Acreditamos que esse trabalho conjunto entre o mandato, a comunidade e alguns parceiros seja uma importante forma de resistência e de luta por justiça social, enfrentando as desigualdades aprofundadas pela instalação e atuação de megaempreendimentos nos territórios e buscando a efetivação dos direitos e da dignidade para a comunidade do Contorno.

Apresentação da comunidade do contorno

A Comunidade do Contorno, localizada em Petrópolis, tem uma história rica e complexa, marcada pela resiliência e pela luta por direitos. A cidade de Petrópolis foi planejada a partir do Plano Urbanístico Koeler, em 1843, responsável por aprofundar as desigualdades estruturais e segregação socioespacial. A estrada do Contorno, conhecida inicialmente como "Caminho Novo" e construída entre 1698 e 1704, teve um papel fundamental na formação da comunidade. Durante o reinado de D. Pedro II, terras foram concedidas a colonos europeus, formando o "Quarteirão Darmstadt". Com o tempo, mas especificamente com a abertura da Rodovia Federal em 1960 outras famílias como Dutra, Ramos e Firmo contribuíram para o crescimento e a miscigenação da comunidade, atualmente são cerca de 300 famílias que se estruturam em seis regiões: Vale da Escola, Comunidade original do Contorno, Vila Sarney, Vilage do Contorno (Campinho), Zizinho e Morrinho.

Figura 9: Delimitação da região de Petrópolis com a Localização da comunidade do Contorno indicada pelas coordenadas FQRC+G7



Fonte: Google Earth.

A Comunidade do Contorno exemplifica resistência, luta e ação pública em defesa dos direitos e da dignidade de seus moradores. Ao longo dos anos, essa comunidade enfrentou e superou diversos desafios, sempre em busca de melhorias para suas condições de vida. Entre as grandes conquistas, destaca-se a construção da Escola Leonardo Boff, símbolo da união e mobilização dos moradores, que será mais bem descrita no decorrer deste capítulo.

2.1. Encontros

Aqui relataremos 4 (quatro), dos mais de 10 (dez) encontros que tivemos com a comunidade e/ou com as lideranças comunitárias Angélica Domingas e Paulo Proença, apresentados e sintetizados no Quadro 1, a partir das anotações da autora e registros do grupo de WhatsApp. A restrição para relatar o número de encontros foi fundamental para que o trabalho não ficasse desnecessariamente extenso, de modo que os encontros aqui trazidos tratam da história da comunidade e seu lugar socioeconômico; da apresentação da concessionária e também que seu lugar socioeconômico; das parcerias interdisciplinares desenvolvidas ao longo da pesquisa dada a interação dos encontros que foram promovidos pela relação entre o movimento social de luta da comunidade e do mandato da CFP; e da oficina sobre licenciamento ambiental ministrada pelo professor Hailton Pinheiro, fechando assim um recorte suficiente para atender ao que esse trabalho se propõe, o mantendo contextualizado e consistente.

Quadro 1: Encontros na Comunidade do Contorno

Data	Tema do Encontro (os temas dessa sessão foram determinados, arbitrariamente pela autora)	Síntese
15/04/2023	Memória da Luta e Construção	O objetivo desse encontro foi revitalizar e fortalecer a luta dos moradores da comunidade em face das atividades violadoras promovidas pela Concer.
13/05/2023	Quem é a CONCER?	Foi apresentado informações relevantes sobre a Concessionária a fim de auxiliar a demarcação de seu papel político, econômico e social.
10/06/2023	Como estará atuando o poder legislativo?	O objetivo do encontro foi explicar o que significa Comissão Especial, quais as implicações legislativas, quais vereadores a compõem, como funciona a organização deles por blocos e como convoca-se uma audiência pública.
08/07/2023	Oficina I: Licenciamento Ambiental	O Professor Hailton Pinheiro tratou sobre o conceito de bem ambiental, sobre os tipos de licenciamento e a não inclusão da comunidade do contorno no Estudo e Relatório de impacto ambiental.
12/08/2023	Encontro aberto	O encontro tratou da suspensão de aluguel social de algumas famílias que não estão na Ação Civil Pública.
16/09/2023	Oficina II: Licenciamento Ambiental	Preparação das perguntas que a comunidade gostaria de fazer para as Entendemos e para CONCER. Foram elaboradas algumas perguntas para serem feitas na audiência.

7/10/2023	Organização da Audiência e a instrumentalização da oralidade enquanto metodologia	O Professor Dr. Gustavo Costa apresentou qual a estrutura de uma audiência pública, qual sua importância institucional e como a oralidade é uma metodologia valorizada nesse tipo de atividade e como deveria ser utilizada a favor dos interesses da comunidade.
28/10/2023	Ensaio para Audiência	Levando em consideração que a audiência teria um teto de duas horas, a comunidade ensaiou a apresentação/introdução das lideranças comunitárias, e as perguntas com tempo cronometrado.
07/11/2023	Audiência	Aconteceu na Câmara de Petrópolis, às 19h e contou com a presença de uma advogada e engenheiro da CONCER, ANTT, Professor Hailton Pinheiro, Professor Renato Ramos, Lideranças Comunitárias Paulo Proença e Angélica Domingas, e foi presidida pela Vereadora Júlia Casamasso.
02/12/2023	Avaliação da Audiência	Último encontro da série que tinha como horizonte a Audiência Pública. O objetivo foi fazer um balanço sobre o espaço.

Fonte: Elaborado pela própria autora.

As fotos do quadro abaixo são registros: (i) de uma panfletagem que aconteceu em alguns bairros ao longo da BR 040 com o intuito de gerar mobilização dos moradores para o primeiro encontro que aconteceria no dia no dia 15 de Abril; (ii) de alguns dos 10 encontros que aconteceram para a preparação da Audiência Pública; (iii) Registro da Audiência Pública. Antecipo, portanto, de maneira afetuosa e calorosa a leitura deste capítulo.

Figura 10: Registro de alguns encontros com a comunidade e da Audiência Pública

2 de Abril	13 de Maio	8 de julho
		

12 de Agosto	28 de Outubro	7 de novembro
		

Fonte: Drive compartilhado entre os moradores, pesquisadores e o mandato da CFP.

2.2. Primeiro encontro - 15.04.2023

O primeiro encontro transcorreu com um dinamismo natural, e os moradores participaram de maneira entusiasmada. Como não havia um tema específico para este encontro, nossa expectativa justamente na primeira reunião de metodologia que antecedeu esse encontro, previu uma troca de ideias diversificada e espontânea. Nesse sentido, as interlocuções e diálogos provocativos foram essenciais para o desenvolvimento das discussões.

Memória da Luta e Construção

O objetivo desse encontro foi revitalizar e fortalecer a luta dos moradores da comunidade em face das atividades violadoras promovidas pela Concer. A condução da primeira parte ficou sob responsabilidade da Moradora 1, liderança comunitária e membra da associação de pais e professores da Escola Municipal Leonardo Boff, que apresentou a história da comunidade com um marco cronológico, enfatizando a evolução do espaço físico da Escola Comunitária e relembrando a trajetória de luta que sempre permeou os moradores do Contorno.

Iniciando com uma foto da escola em 1988, a qual retrata uma estrutura simples, assemelhando-se a uma residência, com a vegetação ao redor e as crianças posadas à frente (Figura 10), a Moradora 1 estabeleceu um elo entre passado e presente fortalecendo a consciência da construção e empenho coletivo. Em seguida, exibiu um registro de 1989, momento em que a escola já possuía uma fachada com o nome "Escola Municipal Centro Comunitário Contorno", apresentando algumas mudanças estruturais. Posteriormente, compartilhou um registro de 2002, mostrando a escola em sua aparência atual, com uma estrutura mais complexa, maior em tamanho e cercada pela vegetação. Durante a apresentação,

ela ressaltou com entusiasmo que a escola é fruto da luta comunitária e foi construída pelas mãos dos próprios moradores.

Figura 11: Registro da evolução da escola, que é um grande símbolo do vínculo comunitário entre os moradores, ao longo do tempo

Escola Comunitária, 1988.	**Escola Municipal Centro Comunitário Contorno, 1989**
	
Escola nos dias atuais, foto de 2002	**O ônibus escolar, chamado de amarelinho, garante o acesso de muitos alunos à escola.**
	

Fonte: Acervo pessoal dos moradores do Contorno

Ela lembrou que desde que foram atingidos pela cratera, em 2017, que desabrigou 55 famílias e interditou a escola por pouco mais de um ano e que, apesar de toda a dor e aparente impotência, a comunidade seguiu incansável na organização e articulações de luta para conseguirem reparação.

Foram exibidos dois vídeos. O primeiro vídeo era uma reportagem do SBT Cidade, que registrou a tentativa de demolição da casa da Dona Amélia, que morava às margens da BR 040[5]. A comunidade se mobilizou para impedir, não só motivada pela solidariedade, mas entendendo que, se uma casa fosse demolida, as demais também seriam. A situação contava com a presença da Polícia Militar e Rodoviária Federal, o então prefeito Rubens Bomtempo, o secretário de habitação e assistência social, o procurador do município, os moradores do entorno da BR 040, diversos militantes que apoiavam a luta dos moradores, a advogada popular Luiza Dantas, representante do CDDH, e o Procurador da Geral República Charles Stevan da Mota, que denunciou a tentativa de demolição como uma violação dos direitos. Ele afirmou: "O que está sendo feito aqui foi provocado de ofício pelo juiz, se isso aconteceu, isso aqui é ilegal ... Isso aqui acontecer (sobre a demolição da casa), vai ter repercussão e vai ser apurado. Porque depois não tem como falar desculpa ter demolido a sua casa" e continuou, afirmando que "pessoas que, por exemplo, estejam aqui desde 1996, fazem jus a um instrumento chamado de concessão especial para uso de fins de moradia, regulado por uma medida provisória de 2001, isso é simplesmente ignorado nos processos! Então se passa por cima disso, como se quer passar por cima da casa hoje aqui, então, não dá pra ser assim".

Figura 12: Tentativa de demolição da casa da dona Amélia



Fonte: Youtube.

[5] Reportagem do SBT Rio sobre a resistência dos moradores a demolição do imóvel da dona Amélia. https://www.youtube.com/watch?v=CUQh-tl0UVs
Dona Amélia faleceu pouco depois da Audiência Pública realizada no dia 7 de novembro de 2023.

O Segundo vídeo trata do acato da Justiça Federal que bloqueou um pouco mais de 9 milhões de reais nas contas da Concer, a pedido do Ministério Público Federal com o objetivo de indenizar as 55 famílias atingidas pela abertura da cratera[6]. A reportagem constrói sua narrativa explicando que o projeto da nova subida da serra passa por cima da comunidade do Contorno, em seguida moradores apresentam relatos que dimensionam o nível em que foram impactados. Emily dos Snatos, educadora e moradora da comunidade, relata que apesar de felizmente não ter havido mortos, eles não podem se tornar apenas mais uma estatística de desastre, segundo ela, a comunidade perdeu muita coisa, e ela em particular, perdeu seus livros e a memória construída dos nove aos dezessete anos. Angélica, salienta que o trauma está no desrespeito da concessionária às vidas humanas. Miguel Barreto, Procurador Geral no Município de Petrópolis, diz estar junto da população para resolver esse problema que, segundo ele, não é fácil, mas que espera garantir tão logo a indenização para a população afetada.

Cumprindo bem seu papel de nutrir, e rememorando as energias da luta protagonizada pela comunidade ao longo desses quase seis anos, após o término da exibição dos vídeos os moradores começaram a externalizar seus sentimentos. Uma moradora (2) lembra e contextualiza a truculência policial com os moradores mesmo com a presença de figuras de autoridade como o atual prefeito da cidade e o procurador geral da união. Ela questiona: "Eu sou uma criminosa por que eu moro aqui? Eu sou criminosa, por que não consegui comprar uma casa no centro da cidade?"

Nesse primeiro bloco de interação já tomamos consciência de alguns indicadores trabalhados por teóricos que se debruçam sobre os estudos do processo de colonização. Fanon (2022, p.36) descreve a zona dos colonizados adjetivando também os corpos que nela habitam, são sujeitos “ajoelhados, famintos de pão, de carne e de carvão, que nascem e morrem em qualquer lugar, que vivem um mundo sem intervalo e que invejam a cidade do colono”.

Segundo ele não há conciliação entre essas zonas, elas não são complementares, funcionam de acordo com uma lógica aristotélica, que pressupõe duas premissas e uma sentença que necessariamente diminui um dos termos das premissas apresentadas, é o princípio de exclusão recíproca. Para que o colonizado não invada o mundo farto do colono as fronteiras que limitam essas zonas estão estabelecidas e vigiadas pela violência policial e militar que se comporta como um amplificador da voz do colono e do seu mecanismo de sujeição.

[6] Atuação do MPF leva Justiça a bloquear R$ 9 milhões da Concer, para atingidos por cratera https://www.youtube.com/watch?v=3ofYF_keupw

Essa ideia apresentada pelo médico psiquiatra, filósofo político e militante revolucionário nascido em Martinica em 1925, modela a vida dos moradores da comunidade na qual desdobramos esse trabalho. Observe que o modo em que a CONCER reivindica a posse de terras, a partir da demolição de sua casa, que margeiam a BR 040, habitada pela dona Amélia e sua família, ocupando sua zona de domínio, é por meio da força policial em linguagem violenta que busca silenciar a comunidade no momento exato do enfrentamento, mas em seu cérebro e consciência também. Este marco está muito presente na fala da Moradora (2) quando ela se questiona sobre a criminalidade associada ao local onde mora. Esse pensamento a atravessa de maneira crítica, mas para muitos a consciência dominante estruturada pela violência a qual estão submetidos, segue inquestionável.

> O trabalho do colono é tornar impossíveis quaisquer sonhos de liberdade do colonizado. O trabalho do colonizado é imaginar todas as combinações eventuais para aniquilar o colono. No plano do raciocínio, o maniqueísmo do colono produz o maniqueísmo do colonizado. A teoria do "nativo como mal absoluto" corresponde a teoria do "colono como mal absoluto". (FANON, 2022, p.87)

A citação de Frantz Fanon destaca a relação dialética entre o colonizador e o colonizado, onde a opressão e a resistência são dois lados da mesma moeda. No contexto do colonialismo, o colonizador perpetua um sistema de dominação que busca suprimir qualquer aspiração de liberdade do colonizado, utilizando métodos que vão desde a violência física até a desumanização simbólica. A desconsideração do direito de posse para as famílias que moram no Contorno antes mesmo da estrada, é sem dúvidas uma violência que massacra e corrói no tempo, é um tanto enlouquecedor estar a 30 anos batalhando pelo direito de morar. Esse sistema é mantido por uma ideologia maniqueísta que retrata o colonizado como inerentemente inferior e, por extensão, justifica a opressão. Em resposta, o colonizado desenvolve uma visão igualmente maniqueísta, onde o colonizador é visto como o mal absoluto. Esta polarização cria um ciclo vicioso de violência e resistência, onde a identidade do colonizado é moldada pela luta contra o opressor. Daí a concatenação a temporal de Malcon X, de jamais confundir a reação do oprimido com a violência do opressor.

Fanon argumenta que essa dualidade é inevitável dentro do contexto colonial, pois o poder do colonizador está intrinsecamente ligado à desumanização do colonizado. A resistência, portanto, não é apenas uma reação, mas uma necessidade existencial para o colonizado, que busca recuperar sua humanidade e autonomia. A citação sublinha a inevitabilidade do conflito, pois a opressão contínua do colonizador provoca uma resposta radical do colonizado, que imagina e busca todas as formas possíveis de se libertar dessa

opressão. Assim, a relação entre colonizador e colonizado é marcada por uma tensão constante, onde ambos são presos em um ciclo de antagonismo e resistência que define suas existências e papeis sociais.

No primeiro vídeo vemos a resistência de luta dos moradores da comunidade, são policiais rodoviários, braço armado do Estado, a serviço da CONCER, equipados com escudo de proteção como quem avança num fronte de guerra. O vídeo registra o momento em que uma mulher registra o que está acontecendo com o celular em uma mão e com a outra empurra o escudo de um dos policiais, em outra ocasião é seu Paulo, morador e liderança comunitária, que parte para cima dos policiais os empurrando em resposta ao avanço e tentativa de demolição da casa da dona Amélia, que por sua aparece chorando em pé, e sentada consolada por moradores.

Audiência Pública como ferramenta de pressão e aumento de custo para as entidades e instituições violadoras

No segundo momento, o mandato inicia sua participação no espaço, cumprindo o objetivo de esclarecer o porquê de escolherem a Comunidade do contorno para tratar as violações da Concer, já que existem tantas outras comunidades ao longo da BR 040 que são violadas também. O mandato assumiu uma cadeira de suplência na câmara de vereadores de Petrópolis, portanto a durabilidade do trabalho legislativo estende-se até 2024 somente, não tendo condições de trabalho para mapear todas as violações cometidas numa extensão de mais de 180 km. Mas acreditavam que um relatório, de encerramento da comissão, bem elaborado poderia ser uma referência para instrumentalizar a luta de outras comunidades já que as violações para muitas delas se repetem.

A comunidade do contorno representa o abandono e concentra inúmeros tipos de violações de direitos humanos cometidos pelas atividades CONCER. E a cratera é a violação visível, material e midiatizada. “É fato que as grandes empresas querem marginalizar os moradores, pois eles estão resguardando fontes naturais de água, são defensores da natureza como um todo, defensores do bem comum; e isso fere totalmente os interesses das empresas” disse um dos assessores complementado pela Moradora 1 e Líder Comunitária “do outro lado da montanha está a cervejaria - Grupo Petrópolis. Que bebe dos lençóis e das fontes de água”. A atuação da cervejaria apresentada por ela reforça também a impossibilidade de conciliação entre as zonas apresentadas por Fanon (2022) em seu livro “Os Condenados da Terra”, o desejo da industrialização e a espoliação de seus territórios e recursos é incompatível com a ideia de

se ter uma vivência que se inclui a natureza na dinâmica diária da vida, pensando ainda na sua proteção e preservação.

Petrópolis é uma cidade de vegetação abundante e diversa, clima ameno e muito agradável, riquíssima em recursos minerais como a água. A cidade concentra mais de 20 fábricas de cervejas, sendo conhecida por festivais e tur cervejeiros. Além disso, há uma forte especulação imobiliária, bairros como Itaipava e Secretário são chamados de “o novo bairro do Rio de Janeiro” em diversas campanhas publicitárias. As propagandas anunciam mansões com paisagismo harmonicamente natural.

Em decorrência dessas reflexões, sugeriu-se que a relação conflituosa entre a comunidade e a CONCER fosse debatida em uma audiência pública. Explicou-se detalhadamente como a mesma é convocada na câmara e quais entidades poderiam compor a sessão, sendo algumas dela a CONCER, ANTT, IBAMA, Ministério Público Federal e Estadual, Prefeitura, membros da comunidade civil, entre outros. O mandato compartilhou o interesse em estabelecer uma Comissão Especial para tratar e estudar as violações sofridas pela comunidade. A Moradora 1 reforçou essa ideia, afirmando que "é essencial dar vida às narrativas, às documentações; é um trabalho nosso, é um compromisso nosso! Cada morador precisa se envolver para garantir que esse documento se torne realidade."

O mandato foi questionado sobre o propósito da audiência pública e quais seriam seus desdobramentos, bem como sobre como fortalecer a comunidade e enfraquecer as empresas envolvidas. Em suma, a resposta dos assessores e da liderança comunitária coincidiu na ideia de que a audiência pública precisa ser metodologicamente bem estruturada em favor da comunidade, permitindo que eles se preparem para construir encaminhamentos que sejam recomendações aos órgãos competentes, listadas no relatório, com o objetivo de pressionar e aumentar o custo político para as entidades violadoras.

Apresentaram uma proposta de agenda até 14 de outubro, com encontros nos segundos sábados de cada mês, abordando temas específicos e oferecendo formação política, com o objetivo de preparar a comunidade para a audiência pública e para a elaboração dissertativa de um relatório que tinha como proposta central mapear as supostas violações de direitos humanos provocados pela atuação da concessionária durante a gestão da BR 040, e das obras da NSS. Angélica animou os moradores, afirmando que "É essencial o comprometimento de todos para que realmente possamos estabelecer essa agenda para a Audiência Pública em novembro (...) a vontade de avançar é maravilhosa, mas precisamos encarar isso como uma tarefa, aqui no Contorno, para que possamos somar forças e seguir adiante."

A análise material da realidade junto com a compreensão de quais as opressões sociais que nos afetam coletivamente tem sido o ponto central para que um pacto social mínimo que garanta a dignidade humana seja estabelecido como combustível para a transformação da realidade vivenciada por essa e muitas comunidades afetadas por grandes empreendimentos. Todo a elaboração e construção metodológica deste primeiro encontro mostrou-se o ponto de virada interessante para a organização e engajamentos coletivo desta comunidade, que seguirá traçando maneiras sólida de aumento do custo políticos para as entidades, instituições e estruturas envolvidas em sua sujeição e violação de direitos justificadas, entre tantos outros conceitos, mas principalmente na racialização, colonização e classificação econômica de seus indivíduos e territórios.

> O proletariado embrionário das cidades é relativamente privilegiado. Nos países capitalistas, o proletariado não tem nada a perder, é eventualmente aquele que teria tudo a ganhar. Nos países colonizados, ele tem tudo a perder. Na verdade, ele representa a fração do povo colonizado necessária e insubstituível para o bom andamento da máquina colonial: condutores de bonde, motoristas de táxi, mineradores, estivadores, intérpretes, enfermeiros etc (FANON,2022, p.106).

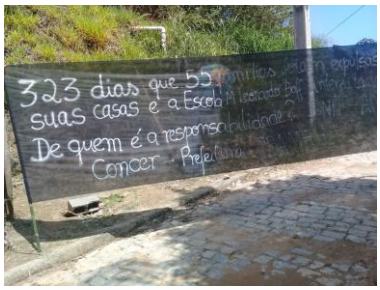
O Contorno não é uma comunidade originária classificada como quilombola, indígena ou ribeirinha é uma área afastada dos centros econômicos, com dificuldade extrema de acesso à infraestrutura básica. É uma comunidade proletária, marcada pela mestiçagem. E o que destacamos neste trabalho baseia-se nos desdobramentos apresentados por Fanon quando o teórico debate sobre as diferenças de viver em um país subdesenvolvido, para ele o proletariado nos países capitalistas, pode ser visto como uma classe revolucionária com pouco a perder e muito a ganhar, o proletariado urbano nas colônias está em uma posição vulnerável e essencial para o funcionamento do sistema colonial, o caso do Contorno. Este grupo, que inclui trabalhadores como professores, artistas, e motoristas, é crucial para a manutenção da infraestrutura e economia coloniais. Ao mesmo tempo, esses trabalhadores são mantidos em uma condição de dependência e subordinação, o que torna sua posição especialmente delicada. Eles são valiosos para o colonizador, mas essa indispensabilidade não se traduz em poder ou segurança; ao contrário, acentua sua vulnerabilidade.

Fanon (2022) marca a ironia amarga dessa situação: embora esses trabalhadores sejam fundamentais para a operação do sistema colonial, eles têm tudo a perder, pois suas vidas e meios de subsistência estão intrinsecamente ligados à estrutura de dominação que os oprime. Enquanto o proletariado nos países capitalistas pode se organizar e lutar por melhorias, potencialmente se beneficiando de mudanças sistêmicas, o proletariado nas colônias enfrenta

uma luta mais complexa. Sua revolta não é apenas contra a exploração econômica, mas contra um sistema de opressão racial e cultural que permeia todos os aspectos de sua existência. Portanto, a resistência desse proletariado é tanto uma luta pela sobrevivência imediata, não permitir a demolição de uma casa, quanto uma batalha pela libertação total do jugo colonial.

"Quem é a CONCER" foi o tema sugerido para o próximo encontro de formação. A advogada popular presente no encontro instigou os moradores sobre a importância de compreender o tamanho da CONCER e quais são os acionistas que mais lucram com suas atividades. Decidiu-se criar um grupo de WhatsApp e acordou-se a abertura de um drive, onde todos pudessem colaborar com documentos, fotos, ofícios, atas, sites e histórias que revelassem mais sobre a CONCER.

Figura 13: Registro dos atos públicos que cobram indenização, justiça e reparação para as famílias que foram afetadas com a abertura da cratera

Ato Público de 2018	**Ato Público 2019**	**Ato Público 2020**
		
Ato Público 2021	Ato Público 2021	Ato Público 2022
		

Fonte: Acervo pessoal dos moradores do Contorno.

2.3. Segundo encontro - 13.05.2023

A condução deste encontro foi feita pelos integrantes do mandato da CFP. Apresentaram aos moradores diversas informações técnicas, históricas e econômicas sobre as atividades da CONCER no município, e sua origem. Compartilho parte da pesquisa e articulações dissertativas apresentadas de forma mais detalhada, porque fiz parte da preparação do conteúdo para este encontro, juntamente com algumas intervenções populares que ocorreram durante a reunião. Nesta etapa também se desenharam diversos conceitos indispensáveis para esta pesquisa.

Quem e o que é a CONCER?

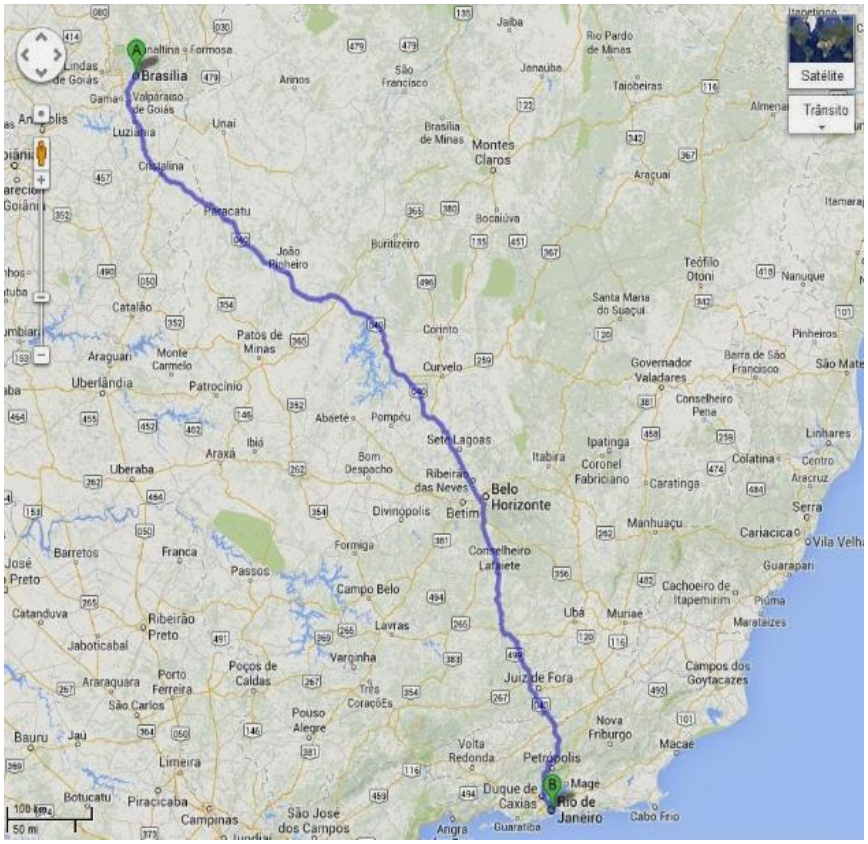
A Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (CONCER S.A.) foi estabelecida em outubro de 1995 e assumiu a administração e operação de um trecho de 180,4 quilômetros da BR-040 a partir de 1º de março de 1996, ano seguinte à sua criação. Esta área abrange partes de nove municípios nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, atendendo uma população superior a 8 milhões de pessoas ao longo da BR-040. A rodovia começa em Juiz de Fora (MG) e passa por Matias Barbosa e Simão Pereira, também em Minas Gerais, continuando pelos municípios de Comendador Levy Gasparian, Três Rios, Areal, Petrópolis, Duque de Caxias e Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro.

A BR-040 é uma rodovia federal do Brasil que se estende de Brasília (DF) até o Rio de Janeiro (RJ). Seu ponto de partida está localizado em Brasília, no entroncamento com a BR-450 (Via EPIA) e a BR-251 (Via EPCT), e termina na Praça Mauá, no Rio de Janeiro. A rodovia atravessa o Distrito Federal e os estados de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo uma conexão vital entre essas regiões.

Em setembro de 2009, o trecho que liga Brasília (DF) a Petrópolis (RJ) foi oficialmente nomeado Rodovia Presidente Jucelino Kubitschek, conforme a lei nº 12.028/2009, sancionada pelo presidente. Já o segmento que se estende de Petrópolis (RJ) até o Rio de Janeiro (RJ) é conhecinhecido com Washington Luís, em homenagem ao ex-presidente Washington Luís,

famoso pelo seu trabalho na construção de rodovias durante seu mandato de 1926 a 1930, incluindo esta parte da BR 040.

Figura 14: Mapa da BR 040



Fonte: Estradas Brasil, acessado https://estradas-br.blogspot.com/2014/01/a-br-040-e-uma-rodovia-federal-radial.html

A CONCER tem um importante papel econômico nas regiões onde atua. Segundo o último relatório de impacto social, a CONCER declarou ter contribuído com cerca de R$ 114 milhões para os municípios onde opera. Petrópolis, em especial, recebeu um montante significativo de R$ 29.673.944,33 em tributos municipais, tornando-se a cidade que mais recebeu contribuições nos últimos 9 anos, considerando o período de 2012 a 2020. Além disso, a arrecadação de R$ 3,7 milhões em 2019 contribuiu para a manutenção das condições urbanas, moradias e saúde das comunidades que vivem no entorno da rodovia, segundo a concessionária[7].

[7] RELATÓRIO de Impacto Social Concer, 2020. Disponível: https://www.concer.com.br/upload/arquivos/RelatoriodeImpactoSocial.pdf . Acesso em: 17, setembro,2023 às 21:20.

O Imposto Sobre Serviço (ISS), verba orçamentária sem destino previamente estabelecido, com decisão de aplicabilidade da arrecadação de responsabilidade governamental. Segundo a concessionária, municípios como Simão Pereira (MG) e Levy Gasparian (RJ) têm no ISS uma das principais fontes de renda local. Quanto à arrecadação para a União, a CONCER afirma ter contribuído com o valor equivalente aos custos para a construção de 80 escolas municipais ou 2 hospitais públicos. Em valores, nos últimos 12 anos, a concessionária repassou R$ 154.157.490,07 referentes a PIS, Cofins, IRPJ e CSLL.

No tema Meio Ambiente e Sustentabilidade, a CONCER recebeu, em 2018, o Selo Verde, uma das maiores certificações ambientais do Brasil, como resultado de uma análise técnica do Programa de Certificação pelo Compromisso com uma Gestão Socioambiental Responsável (Procert) do Instituto Chico Mendes (ICMBio). Contando com um setor exclusivo para o monitoramento ambiental, a fim de garantir a conservação e a redução de danos à natureza, a CONCER se compromete a atuar em três eixos centrais na proteção à natureza ao longo da BR 040: prevenção de incêndios; combate à degradação por meio de rejeito ilegal de resíduos, desmatamento e ocupações irregulares; e vigilância do trânsito e resgate de animais silvestres e domésticos.

Desde sua concepção em 2006, através de ações voluntárias, o Projeto Caminhos da Fauna busca a manutenção da vida silvestre no entorno da rodovia. A concessionária garante que durante esses anos sinalizou a existência desses animais em toda a extensão da rodovia e instalou cercas nos pontos de maior incidência de atropelamentos. Com base em todas essas informações, fica claro que a CONCER tem desempenhado um papel relevante não apenas no cenário econômico, mas também no cuidado com o meio ambiente e nas ações sociais que impactam diretamente as comunidades ao longo da BR 040, não por boa intenção e vontade, mas porque são as verificações de exercícios e atividade exigidas no mercado global.

A concessionária possui um acordo com o Estado que garante a manutenção de seu braço armado, englobando desde o financiamento de obras, equipação de veículos até a aquisição de viaturas que atuam exclusivamente na área de domínio da concessionária, como aponta seu Relatório de Impacto Social de 2020. Entre 2015 e 2019, os valores totais deste convênio ultrapassaram R$ 2 milhões e foram destinados às 1ª, 5ª e 6ª delegacias.

A concessionária apresenta um documento chamado Concer - Sustentabilidade - Política de Relacionamento com Stakeholders disponível em seu site, que descreve e enumera as diretrizes políticas de relações com as partes interessadas e impactadas por seus projetos e atuações ao longo da BR 040, denominando essas partes interessadas como "Stakeholders". Essa nomenclatura provém do marketing empresarial e se divide em partes primárias e

secundárias. As partes primárias incluem o grupo empresarial que compõe a CONCER, como acionistas, diretores, coordenadores, colaboradores e sócios. As partes secundárias compreendem o Estado, comunidades locais, clientes e grupos ativistas.

No conteúdo deste documento, concessionárias como a CONCER valorizam, principalmente, sua imagem no mercado. Em seu relatório de sustentabilidade, os discursos aparentemente cumprem um check list das pautas progressistas e ambientalistas. No seu site, há espaço garantido para publicização de suas iniciativas afirmativas e cumprimentos legais no que diz respeito às pautas identitárias, atualmente muito valorizadas pelo neoliberalismo e o conceito globalizado de que absolutamente tudo pode ser ou é um produto.

A Vale e a Fundação Vale foram reconhecidas com cinco gratificações no Prêmio Ser Humano, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-Brasil), nas áreas de Sustentabilidade, Administração e Desenvolvimento, em 2017. Em 2023, foi eleita pelo Prêmio Valor Inovação, como a mais inovadora no setor de mineração[8]. A Braskem é a única empresa brasileira destacada como Empresa Líder em Desenvolvimento Sustentável pelo Pacto Global da ONU. A métrica para glorificação dessas empresas nunca é sobre a seguridade dos direitos humanos as comunidades que são direta ou indiretamente afetadas por elas, deste modo não é incomum encontrarmos os mais diversos crimes socioambientais nesses CNPJs.

Figura 15: Composição da imagem de mercado



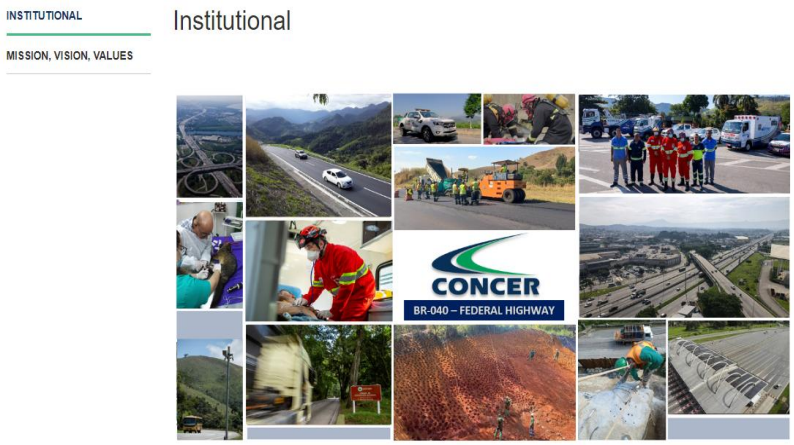
Fonte: Disponível em <Igualdade Salarial > acessado 11 de Maio de 2024 às 9:30

[8] Vale é premiada em três categorias do Prêmio Ser Humano
https://ibram.org.br/noticia/vale-e-premiada-em-tres-categorias-do-premio-ser-humano
Prêmio Valor Inovação 2023 elege a Vale como a mais inovadora do setor de Mineração
https://saladeimprensa.vale.com

Esteticamente a empresa mostra-se compromissada com as premissas da luta feminista (figura acima), traduzidas na letra da lei, como a revindicação da paridade salarial para profissionais que exercem a mesma função que os homens. Entretanto, quando analisamos o corpo de conselheiros e diretores da Triunfo Participações e Investimentos, sua principal acionista, a estrutura patriarcal, misógina se mantém irretocável como veremos adiante.

O resumo do seu trabalho institucional, no site, só está disponível em inglês, o acesso se dar pelo ícone EN. Não é possível traduzir a página e tão pouco copiar os textos para facilitar a utilização de ferramentas como o google tradutor. Na mesma página o item missão, visão e valores é possível traduzir. Tudo indica que seu interesse de fato é ser esteticamente atraente para o mercado e investidores. Nenhuma das publicidades e feitorias da empresa compreendem o que as demandas das comunidades, em especial a comunidade aqui retrata, Contorno. Nenhuma informação, serviço e esclarecimento é de fácil acesso para eles.

Figura 16: Composição da imagem de mercado



Fonte: Disponível em <Institucional> acessado 17 de Maio de 2024 às 00:48

Figura 17: Composição da imagem de mercado



Fonte: Disponível em <missão, visão e valores> acessado 17 de Maio de 2024 às 00:48

Figura 18: Composição da imagem de mercado



Fonte: Disponível em <Institucional> acessado 17 de Maio de 2024 às 00:48

O interlocutor que consome os conteúdos do site da CONCER e seus serviços, chamados por eles de parte interessada, seus *stakeholders*, não são os populares, são acionistas, vide a linguagem e conteúdo apresentado, há um grande contraste entres estes perfis, que perpassa o acesso cultural e saber específico. Há também uma compreensão distante e conflitante sobre o que é responsabilidade social e ambiental entre esses dois atores sociais. No site encontramos também as diretrizes da concessionária, onde nos chama a atenção a diretriz sobre o que entendem por "Aperfeiçoar", "os processos de gestão de negócio com foco no atendimento das expectativas dos acionistas e demais partes interessadas", há seis anos as famílias do Contorno não são o foco dessa gestão.

Figura 19: Política de GERAR Qualidade



Fonte: site CONCER.

A empresa Triunfo Participações e Investimentos detém 81,8% das ações da CONCER. A Triunfo é uma empresa brasileira de sociedade anônima com atuação expressiva nas áreas rodoviária, aeronáutica e energética. Sua acionista majoritária é a THP Triunfo Holding de Participações, uma sociedade anônima fechada, portanto, o capital pertence a poucos acionistas e suas ações não são comercializadas no mercado. Além da CONCER, a Triunfo também possui 100% das ações ordinárias nas empresas rodoviárias TRANSBRASILIANA e CONCEBRA, conforme atualizado em dezembro de 2021.

A realidade é que essas grandes empresas de logística e infraestrutura, e as extrativistas estão alinhadas com o Estado Neoliberal e tem se utilizado das questões de diversidade como plataformas para obtenção de selos e prêmios que valorizam sua imagem em cifras milionárias. A principal acionista da Triunfo Participações e Investimentos, é a THP - Triunfo Holding de Participações S.A. uma empresa de capital fechado, com número de acionistas restritos.

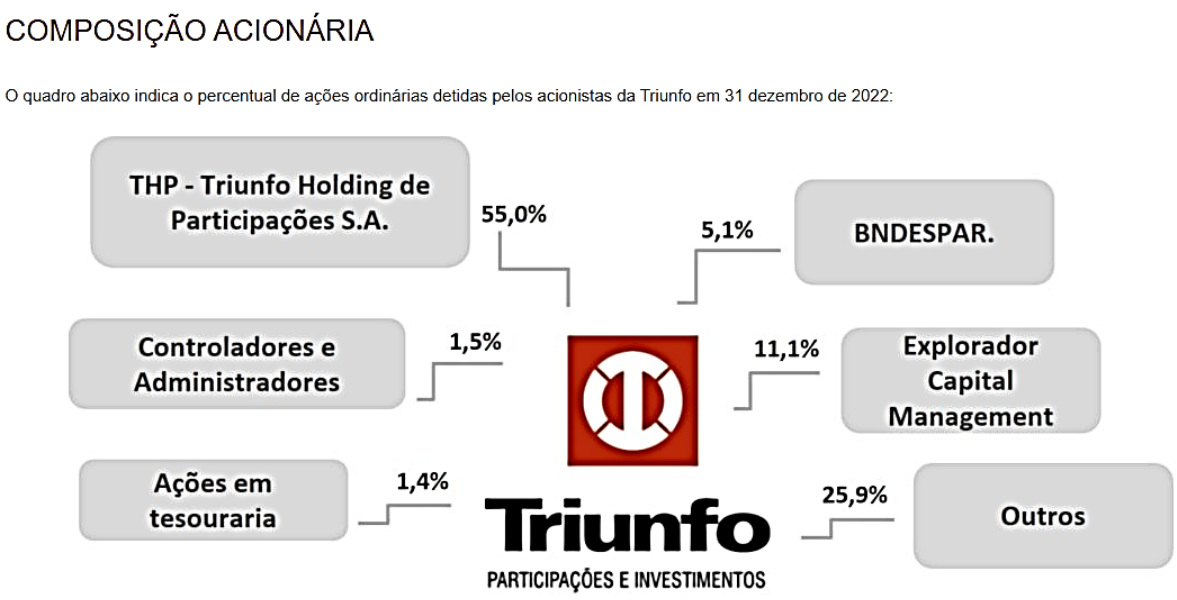
Figura 20: Controladas

Consolidação das Controladas 2023

Empresa	Participação	Sociedade	Tipo de Consolidação
Concessões Rodoviárias			
Concer	81,8%	Controlada	Consolidação de 100%
Transbrasiliana	100,0%	Controlada	Consolidação de 100%
Concebra	100,0%	Controlada	Consolidação de 100%

Fonte: Disponível em <Demonstração Financeira 2023> Acessado em 11 de Maio de 2024.

Figura 21: Composição Acionária da triunfo



Fonte: site da Triunfo Participações e Investimentos.

Quando tratamos de pesquisar sobre a composição do conselho deliberativo e da direção executiva da empresa, que tem ocupação de duração de dois anos, não nos surpreendemos, sua composição é inteiramente masculina, branca, com 72% do grupo de faixa etária superior a 50 anos. São eles: (i) João Villar Garcia, Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia de Lins/SP, presidente do conselho de administração de Viracopos; (ii) Leonardo de Almeida Aguiar, nascido em 27 de dezembro de 1969, graduou-se como Engenheiro Civil na Escola de Engenharia de Lins/SP. Atua como engenheiro na Construtora Triunfo desde 1996; (iii) Ricardo Stabille, Cientista Econômico pela UNIC – Universidade de Cuiabá no Mato Grosso, Pós-Graduado em Controladoria pela UNIC Universidade de Cuiabá e MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Desde 1988 participa da Triunfo (Construtora Triunfo, Itiquira Energética S.A., TPI, e Concepa) atuando no setor Administrativo-Financeira; (iv) Antônio José Monteiro da Fonseca de Queiroz, administrador pela FIM – Faculdades Integradas de Marília – SP em 1976-1979. Foi Diretor Comercial e Financeiro da Construtora Triunfo S/A entre 1983 a 2005; (v) Amin Alves Murad, engenheiro mecânico pela Universidade Santa Úrsula e possui MBA em Administração Financeira pela Citi Master, Citibank. Presidente do Conselho de Auditoria do Banco Pan S.A. desde 2019. Membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2016; (vi) Gustavo Pinho de Gato, Economista pela Faculdade de Campinas; (vii) Luiz Fernando Wolff de Carvalho, Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Paraná e como Economista pela FAE – Faculdade Católica de Administração e Economia. Em dezembro 1987 adquiriu a empresa Construtora Malachias Ltda. que tem por objeto a atuação na área de engenharia, especificamente construção civil e, em janeiro 1988, associou-se à Construtora Triunfo S.A; (viii) Carlo Alberto Bottarelli, Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Paraná e obteve pós-graduação em administração de empresas pelo CDE da Faculdade Católica de Administração e Economia. Exerce a função de CEO da Companhia desde 2005 e Diretor de Relações com Investidores de fevereiro de 2018 até abril de 2020. Carlos atua como conselheiro nas seguintes coligadas/controladas: Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil – Viracopos S.A., Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre – CONCEPA, Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – RIO (CONCER), Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – ECONORTE, Maestra Navegação e Logística S.A., NTL – Navegação e Logística S.A., PORTONAVE S.A. – Terminais Portuários de Navegantes, Rio Canoas Energia S.A., Rio Verde Energia S.A., TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A., Vessel – LOG Companhia Brasileira de Navegação e Logística e Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.; (ix) Marcos Paulo Fernandes Pereira,

nascido em 1979, é formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Participou diretamente na colocação de diversos IPOs e follow-ons como OGX, MRV, Petrobras, PDG, Tecnisa, entre outros e juntou-se à Triunfo Participações e Investimentos em 2012, como gerente de relações com investidores; (x) Roberto Solheid da Costa de Carvalho, economista pela Faculdade de Administração e Economia do Paraná. De 2014 a 2018 atuou como Diretor Financeiro da mesma companhia, tendo sido também membro do Conselho de Administração da Triunfo entre os anos de 2019 e 2020; (xi) Dorival Pagani Junior engenheiro civil pela UEL – Universidade Estadual de Londrina, pós-graduado em administração financeira, contábil e controladoria pela INBRAPE e MBA em gestão empresarial pela FGV. Desde 2018 na diretoria de Desenvolvimento de Negócios da TPI desenvolvendo o projeto do Terminal Portuário Brites em Santos.

Figura 22: Retrato de alguns conselheiros e da direção executiva da TPI

CONSELHEIROS E DIRETORES EXECUTIVOS DA TPI						
						
João Villar Garcia	Ricardo Stabille Piovezan	Amin Alves Murad	Luiz Fernando Wolff de Carvalho	Carlo Alberto Bottarelli **Presidente da Triunfo**	Marcos Paulo Fernandes Pereira	Dorival Pagani Junior

Não por coincidência apresentamos aqui a formação dos homens que compõem o poder de pesquisa, estudo e análise de conjuntura que norteiam as incidências e decisões da empresa na sua atuação de mercado e social. O traço marcante dessas formações no que diz respeito às doutrinas metodológicas e epistemológicas nos permite refletir para além da alta capacidade profissional para a construção promissora de suas carreiras e atuação assertiva no mercado liberal. A média de idade desses conselheiros e diretores executivos é de 56 anos, são majoritariamente homens, e são brancos, o obstáculo de descrevê-los em totalidade está na

dificuldade de encontrar informações, ou registros sobre alguns deles em sites de buscas, perfis profissionais como o Linked in ou até mesmo nas redes sociais mais populares como instagram e facebook.

Os sobrenomes carregados por alguns deles, sem dúvidas tratam de algumas famílias tradicionais, e quando digo tradicionais me refiro as famílias ricas que detém propriedades rurais e urbanas há muitos anos. Que se perpetuam na política, no Estado e nas organizações, ou seja, no poder, pelo Nepotismo. Em uma entrevista para o programa Não Ficção[9], no youtube, apresentado pelo biólogo e divulgador científico Atila Iamarino, o professor da Universidade federal do Paraná, Sociólogo de Genealogias, Ricardo Costa de Oliveira, afirma que "no Brasil há mais nepotismos que na Índia, país que tem castas" como definição de composição social e econômica, afirma também que são cerca de "1000 (mil) grupos casando entre si com endogamia".

Em um comunicado ao mercado para a divulgação dos resultados da 4T23 - Nova Agenda, disponível no site da TPI, a empresa apresenta que seus projetos estão orientados pelo objetivo principal de gerar valor para os acionistas, o que na ordem prática parece se traduzir em danos para a população por ela afetada. Tendo em vistas que um dos meios de arrecadação das administradoras das rodovias são as tarifas de pedágio. Na BR 040, são 3 cabines. Em 2023, a receita líquida das rodovias administradas pela TPI foi de R$731,1 milhões[10], com queda de 23,6% comparado ao mesmo período de análise do ano anterior, 2022. A indenização estimada pelo Ministério Público Federal para as famílias atingidas pelo solapamento do solo, há seis anos, está avaliada em 9 milhões, o que estaria em torno de 1,2% do que a empresa arrecadou só no ano de 2023, que foi um ano de faturamento com queda, o que parece destoar da imagem projetada para o mercado quando afirmam apoio às comunidades em que estão inseridos em seus "valores", e o percentual supracitado é sobre a arrecadação de 2023, onde a empresa sinaliza uma recuperação oriundo aos prejuízos da baixa circulação de carros na pandemia, as famílias esperam essa reparação há quase sete anos, são seis receitas passadas onde o valor indenizatório não compromete menos que 1,5% da receita da TPI.

[9]Quem manda no Brasil são as famílias tradicionais brasileiras.
https://youtu.be/EaO61N4ffcc?si=Dva16Rfw121V7nW0

[10] Disponível

Figura 23: Comunicado ao mercado para a divulgação dos resultados da 4T23

São Paulo, 08 de março de 2024

Roberto Carvalho
Diretor de Relações com Investidores

Sobre a Triunfo

A TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (TPIS3) é uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com forte atuação nos segmentos de concessões rodoviárias, aeroportuária e geração de energia. Listada desde 2007 no Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3, a Triunfo baseia sua estratégia de crescimento na diversificação de seu portfólio, através de projetos bem estruturados com foco na geração de valor aos acionistas.

Departamento de Relações com Investidores

Roberto Carvalho

Tel: + 55 11 2169 3999
Email: ri@triunfo.com
Website: www.triunfo.com/ri

Fonte: Site da Triunfo Investimentos e Participações. Disponível em <Comunicado ao Mercado>

Figura 24: Release 4T23



Divulgação de Resultados – 4T23

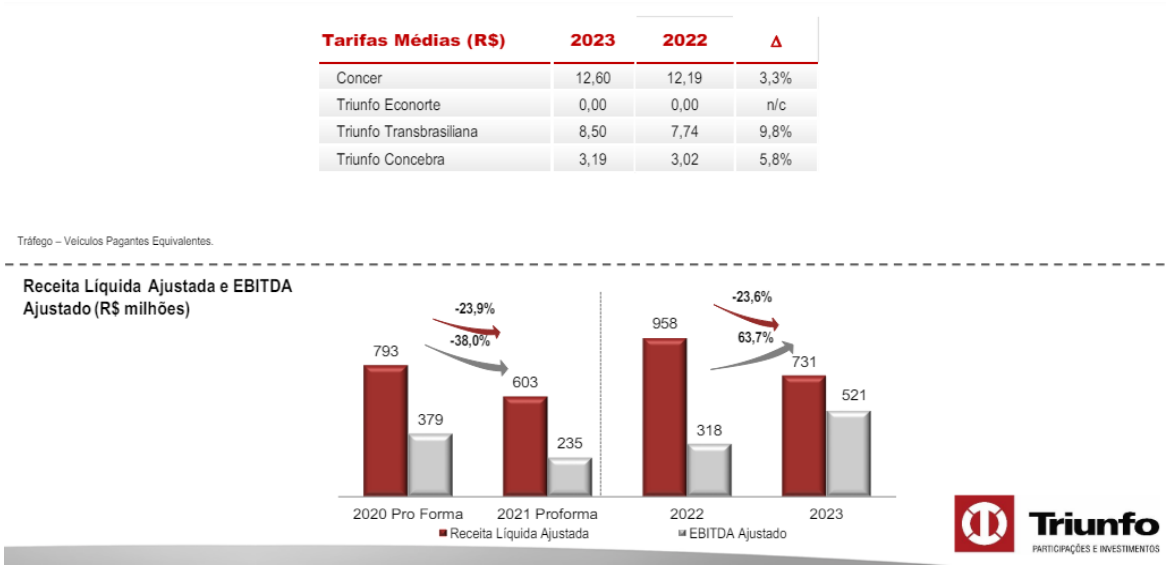
São Paulo, 21 de março de 2024 – A TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com atuação nos segmentos de concessões rodoviárias, aeroportuária e de energia, anuncia os resultados do quarto trimestre de 2023. Neste *release*, as informações financeiras estão consolidadas na participação da Triunfo em cada negócio, enquanto as informações operacionais refletem a totalidade dos mesmos. O resultado do período, em comparação aos valores contábeis, não muda em função da forma de consolidação. Os dados de receita líquida aqui divulgados excluem a receita de construção (receita líquida ajustada)[1], exceto quando especificado. Os resultados são comparados ao mesmo período do ano anterior, exceto quando mencionado.

Destaques

- **Segmento de rodovias: receita líquida ajustada** de **R$ 731,1 milhões**, em 2023,
- **Segmento de energia:** Reajuste da RAG em **1,3%;**
- **EBITDA ajustado** totalizou **R$ 558,8 milhões** em 2023

Fonte: Disponível < Press Release 4T23 > acessado em 11 de maio de 2024 às 17:55

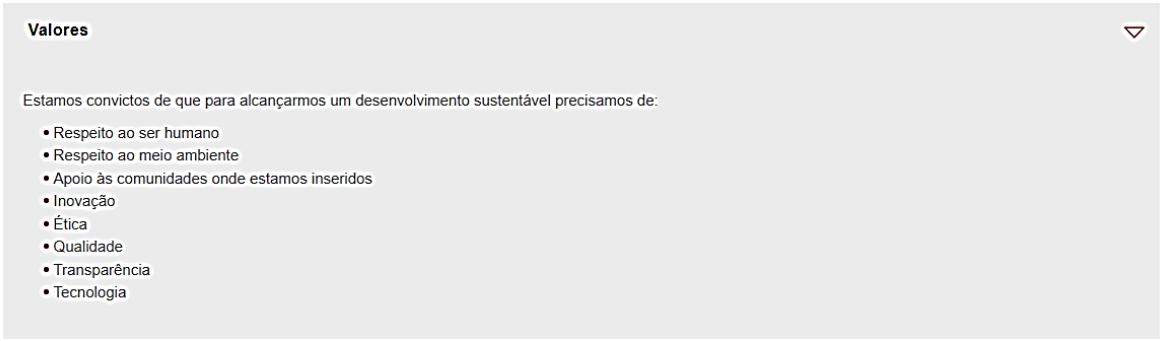
Figura 25: Tabela Tarifária dos anos de 2023 e 2022 com reajuste, e o Comportamento gráfico que modela a variação de receita



Tarifas Médias (R$)	2023	2022	Δ
Concer	12,60	12,19	3,3%
Triunfo Econorte	0,00	0,00	n/c
Triunfo Transbrasiliana	8,50	7,74	9,8%
Triunfo Concebra	3,19	3,02	5,8%

Fonte: site TPI. relatório de finanças.

Figura 26: Enumeração dos valores da TPI



Fonte: site TPI.

Quem e o que é a CONCER para os atingidos?

Os atingidos percebem a CONCER como uma empresa que coloca sua reputação no mercado acima das necessidades da comunidade local. A atuação da empresa na região foi marcada pelo projeto "Nova Subida da Serra", que incluía melhorias na BR-040. Essas melhorias envolviam a ampliação das pistas, a construção de novos retornos e acessos a bairros como o Bingen, além da construção de um túnel de 5 km, considerado o maior da América Latina.

A comunicação entre a CONCER e as famílias do Contorno foi eficiente para os interesses na concessionária, marcada por linguagem técnica e impositiva, resultando em tensões que refletem um processo de colonização e deterioração da vida comunitária. Os chamados "Stakeholders", de ordem secundária, não tiveram voz ativa nas decisões, e a única audiência pública foi mal divulgada, com um protocolar anúncio no diário oficial, onde o projeto foi apresentado unilateralmente, sem espaço para debate ou consideração das preocupações dos moradores.

Desde o início das obras do túnel em 2013, houve violações dos acordos de segurança, com explosões causando danos às casas e desrespeito aos acordos estabelecidos. A orientação dada aos moradores diante das rachaduras em suas casas foi para se abrigarem debaixo de um viaduto, sem garantias adequadas de segurança, essa orientação foi feita via panfleto, entregue por uma assistente social que estava a serviços da concessionária. A presença da CONCER na comunidade foi limitada, com poucas apresentações do projeto, muitas vezes dificultadas por problemas técnicos como falta de energia, que interrompeu uma das reuniões com a comunidade. Além disso, a CONCER pareceu usar a força policial, representada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), para proteger seus próprios interesses, intimidando as manifestações da comunidade com uma presença ostensiva de policiais (como visto no vídeo um que retrata a tentativa de demolição na casa da dona amélia).

Todas essas percepções ganham clareza ao considerarmos de forma integrada os conceitos de Guerra Infraestrutural e o zoneamento na cidade dos colonizados de Fanon, já sabendo que para o autor e para nós, a relação de colonização e subdesenvolvimento é dada como causa e consequência, a utilização estratégica da Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma das peças-chave na consolidação do território como uma espécie de "terra arrasada", por meio de demolições, interdições e manutenção de áreas sem vigilância, desfavorecendo a comunidade com a depredações e saques dos imóveis desapropriados pela interdição logo após a abertura da cratera. Essa abordagem ecoa uma "tática de sítio medieval", isolando os residentes e comunidades ao longo da BR 040, privando-os de acesso a recursos básicos como água, luz, saneamento, mobilidade, fontes de renda e regularização fundiária, negação de direito que se aprofundou depois do crime ambiental de 2017.

Essa situação também serve para demarcar as fronteiras internas desse território subjugado pela colonização. Segundo Fanon, o zoneamento é uma ferramenta poderosa de exclusão, restringindo o acesso aos recursos e perpetuando a dominação colonial até na contemporaneidade. Nesse contexto, a infraestrutura se torna mais do que simples obras físicas; é um instrumento de controle e opressão que materializa o princípio de exclusividade recíproca

mencionado por Fanon. Assim, a PRF não apenas exerce o papel de proteger os interesses da CONCER, quando se dispõe a cumprir a ordem de demolição da casa da dona Amélia, mas também quando atua como uma força determinante na definição e manutenção dessas fronteiras internas, reforçando a segregação e a marginalização das comunidades locais.

> A zona habitada pelos colonizados não é complementar à zona habitada pelos colonos. Essas duas zonas se opõem, mas não a serviço de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélicas, elas obedecem ao princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos está sobrando (FANON, 2022, p.7).

A empresa assume então esse papel de "estrangeiro", colono "que veio de fora e não se parece com os outros" (FANON, 2022, p.37) priorizar sua imagem e interesses financeiros em detrimento do bem-estar e dos direitos da comunidade afetada por suas atividades. Isso levanta questões críticas sobre a atuação de grandes corporações e seus empreendimentos, a "causa é a consequência" deste modo a empresa concretiza as ideações para execuções de seus projetos que são grandes símbolos do progresso e do desenvolvimento. Para Fanon, os territórios que vivem sob a ocupação colonial a "infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura rica porque é branca e branca porque é rica" (p.36). A CONCER, como parte da Triunfo Participações e Investimentos, e seu grupo de conselheiros e diretoria executiva, deve estar muito bem localizado enquanto ator social que desempenha um papel indispensável para a sujeição dos sujeitos. Ela é um instrumento reminiscente ao Estado Necropolítico.

O relatório entregue no final da Comissão Especial da câmara legislativa contou com o aprofundamento de uma dinâmica apresentada por mim neste terceiro encontro. Levamos um quadro que apresentava no lado esquerdo as Diretrizes Políticas de Relacionamento com os Stakeholders que a CONCER afirma ter com suas partes interessadas, isso inclui a comunidade por ela afetada, e pedimos para que os moradores dissessem se de fato era uma afirmação verdade, e caso contrário apresentasse as contradições da diretriz.

Durante esse segundo encontro que descreveu a concessionária para seu grupo de empresário e para a comunidade, apresentamos um quadro que detalhava as Diretrizes Políticas de Relacionamento com os Stakeholders, conforme afirmado pela CONCER em relação às partes interessadas, incluindo a comunidade afetada, em um documento que apresenta suas ações de sustentabilidade. Solicitamos aos moradores que avaliassem a veracidade dessas afirmações e, caso contrário, apontassem as contradições presentes nas diretrizes. O resultado segue descrito no quadro abaixo.

Quadro 2: O contraste das diretrizes políticas de relacionamento com “stakeholders”

CONCER CONCER, Disponível em: https://www.CONCER.com.br/sustentabilidade/politica-de-relacionamento-com-stakeholders.aspx Acesso em: 17 de setembro de 2023	**Comunidade do Contorno** Relatos dos moradores retirados de atas, da escuta ativa e transcrição de áudios.
“Disseminar os preceitos éticos e de sustentabilidade adotados pela Companhia, de modo que pautem as relações com os públicos de interesse;”	A CONCER não ouviu a comunidade, seus diálogos sempre foram com linguagens técnicas, violentas e monológicas. Não existiu comunicação permanente voluntária. As pessoas foram oficiadas, e souberam das expulsões de suas casas pelo oficial de justiça (ao longo da BR-040, dona Marlene).
“Manter abertos os canais para recepção de dúvidas, queixas e reclamações de diferentes públicos, respondendo às demandas em prazo razoável”	Só aconteceu uma audiência pública, que não esclareceu nenhum ponto relevante para comunidade, além de não terem direito à fala O intuito foi, aparentemente, apresentar o projeto, apenas, e não debater com a população.
“Conferir tratamento adequado aos stakeholders, bem como a seus temas de interesse, sem discriminação;”	A abertura da cratera interrompeu diversos processos de regulação fundiária.
“Divulgar informações transparentes sobre os empreendimentos da Companhia, tais como objetivos, impactos (positivos e negativos) gerados na comunidade onde se inserem e medidas para minimizá-los negativos) e potencializá-los (positivos);”	A CONCER contribui para parte do equipamento entregue ao braço armado do estado (PRF)
“Buscar soluções que atendam aos interesses da Companhia e dos stakeholders em caso de crise ou situações de conflito com uma ou mais partes interessadas;”	Nunca houve tentativa de acordo com os moradores que precisaram ingressar com a ação civil pública ou com processos individuais requerendo a reparação pela perda material de suas casas ou pela interdição que os retiraram de sua vida comunitária.
“Desenvolver diálogo permanente com as comunidades do entorno dos empreendimentos, por meio de reuniões, painéis de discussão e pesquisas, consultando-as sobre suas opiniões e expectativas;”	A comunidade sequer foi consultada para a construção do EIA e RIMA. A instalação da concessionária e abertura da cratera interrompeu diversos processos de regularização fundiária.
“Identificar, por meio de consulta a líderes e entidades locais, as necessidades das comunidades para alinhamento de projetos socioambientais a serem desenvolvidos na região dos empreendimentos;”	Qual obra que sinaliza uma melhora na região é interditada. Nesses 30 anos de gestão, não existe nenhum histórico ou indício de projeto ou ideia de projeto a ser desenvolvido em conjunto com a comunidade.
“Promover o desenvolvimento local, priorizando, sempre que possível, a utilização de fornecedores e profissionais da região dos empreendimentos;”	O desenvolvimento local para CONCER parece ser a higienização do território através de demolições, embargos de melhorias, interdição e desinterdição isoladas para comprometer a vida em comunidade.

“Manter relação livre, apartidária e transparente com agentes públicos, buscando sempre a melhor solução para questões que envolvam as atividades da Companhia”	Descumprimento de decisões do MPF, não pagamento das multas da ANTT.
“Estabelecer parcerias estratégicas, que contribuam de forma efetiva para o crescimento mútuo e o desenvolvimento sustentável.”	Abandono de obra, com túnel inundado de água; Milhões em desperdício de dinheiro público (pegar o valor aqui R$); Ausência de estudo sobre o descarte da água depois de 2016; não incluir a comunidade no estudo de impacto ambiental mesmo que ela tenha sinalizado por pelo menos 4 anos preocupações ambientais; Dinheiro público desperdiçado

Fonte: Câmara Municipal de Petrópolis, 2024, p. 47.

2.4. Terceiro encontro - 10.06.2023

No terceiro encontro, inicialmente planejado para tratar de Licenciamento e Direito Ambiental, tivemos que fazer uma alteração na condução do evento. O professor Hailton Pinheiro, do departamento de Ciências Jurídicas da UFRRJ, que seria o responsável pela temática, não tinha agenda disponível para o encontro de junho. Por isso, ficou acordado que sua participação seria na reunião do dia 8 de julho, em formato de oficina orientada por ele e seus alunos pesquisadores e extensionistas.

Na reunião da Frente de Trabalho ampliada, que contou com integrantes do mandato, lideranças comunitárias, e nós. Decidimos que o próximo encontro trataria do esclarecimento das etapas de burocracia administrativa para a abertura da Comissão Especial, o chamamento da audiência pública e a apresentação dos informes sobre as parcerias que foram estabelecidas ao longo dos meses.

A Comissão Especial foi aberta em 27 de junho de 2023, por meio do Requerimento CMP nº 3356/2023, e designada na Sessão Ordinária da mesma data. Ela teve um prazo de trabalho de 180 (cento e oitenta) dias e foi composta pelos vereadores Júlia Casamasso (PSOL) - Presidente, Gil Magno (DC) e Domingos Protetor (PSC).

Existe uma distinção entre as comissões permanentes e temporárias da câmara de vereadores. As comissões permanentes estão diretamente ligadas ao funcionamento burocrático da câmara, recebendo assuntos, propostas e projetos dentro de temas específicos e emitindo pareceres sobre os mesmos. Além disso, auxiliam nos planos e programas governamentais, contribuindo para o trabalho interno da casa legislativa. Já as comissões temporárias têm

temáticas específicas e um tempo de atuação pré-determinado, encerrando-se assim que o objetivo de estudo é alcançado ou ao final da legislatura. As comissões temporárias podem ser classificadas como especiais, parlamentares de inquérito ou processantes.

A escolha da comissão especial se deu para o fim de tratar e estudar em específico os 30 anos de concessão da CONCER com atividades que violam os direitos humanos e negam reparação às 55 famílias atingidas com a abertura da cratera em 2017. A comissão permite inúmeros avanços burocráticos que perpassam desde o envio de ofícios e agendamento de reuniões com entidades como IBAMA e ANTT até o lançamento e publicação de um relatório.

Quem foram os aliados na construção das frentes de luta e na elaboração do Relatório?

Uma das atuações do mandato foi estabelecer parcerias com universidades e pesquisadores acadêmicos, com o objetivo de pressionar órgãos como IBAMA, ANTT, MPE e MPF, aumentando a cobrança e o custo político para as atividades da CONCER que têm causado desigualdades e exploração na comunidade por vias da comunicação acadêmica e institucional.

A produção de pesquisas técnicas, como TCCs, dissertações, teses e pesquisas de extensão, que abordem o território do Contorno e das comunidades que estão às margens da BR 040, impactadas pelas ações da CONCER. Essa abordagem visa afetar estrategicamente um dos pontos mais valiosos dos megaempreendimentos, que é sua imagem no mercado. Além de relatar a história da comunidade, o que já permite o registro de seus saberes e conhecimentos tradicionais.

Destaco nosso contato com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR - mediado pelo professor doutor Gustavo Costa, vice-diretor adjunto de graduação. e também do professor Hailton Pinheiro (em memória), que foi professor adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas da UFRRJ, atuando como Coordenador do Grupo de Pesquisa em Ecologia e Direito (ECODIR) e do Projeto de Extensão Oficinas de Educação Popular em Direito Ambiental (EDUPOP). Ele já tinha acompanhado a comunidade do Contorno em 2008, quando atuou como advogado do CDDH da cidade. Se envolveu ativamente no trabalho, colaborando para a construção coletiva, conduzindo a oficina de Licenciamento e Direito Ambiental e revisando os requerimentos de informações e ofícios que enviamos para o IBAMA, ANTT e CONCER. Sua expertise jurídica foi sido fundamental para garantir que as demandas da comunidade fossem adequadamente embasadas e encaminhadas, buscando efetividade e justiça nos processos de licenciamento e proteção ambiental. Sua participação foi

uma contribuição valiosa para a luta em prol dos direitos e da qualidade de vida da comunidade do Contorno, ele explicou detalhadamente para comunidade como se deu a exclusão da área no EIA/RIMA, disponibilizou todos os documentos e esmiuçou o conteúdo técnico[11].

Quadro 2: Grupo de trabalho para elaboração do Relatório da Câmara Municipal de Petrópolis

Grupo	Participantes	Função
Comunidade do Contorno	Angélica Domingas Paulo Proença	Escreve os índices sobre a história da comunidade Revisar as amarrações teóricas nos demais ítens
CEFET/RJ	Ester Guerra	Teorização sobre o racismo enquanto tecnologia, atravessamentos com os conceitos de Necropolítica e de guerra infraestrutural. Construção dos contrastes discursivos.
Mandato CFP	Ester Guerra Júlia Casamasso Débora Pena Lorran Kasesky	Sistematização da documentação no Drive Comunitário Abertura da Comissão Especial Envio de Ofícios Contato com os grupos de pesquisas IPPUR da UFRJ e de Extensão da UFRRJ - visitas às universidades e reunião administrativas com ANTT
Extensão	Hailton Pinheiro Maria Mafra Lara Tharso	Condução de espaços de formação temático e específico no campo do Licenciamento e direito ambiental. Revisão do conteúdo nos Requerimentos de informações e ofícios enviados ao IBAMA, CONCER e ANTT Responsável pela escrita do tópico Licenciamentos no relatório.
IPPUR	Gustavo Costa	Produção da Contra Cartografia Social da Comunidade. Oficina de preparação para a audiência pública

[11] Hailton Pinheiro, faleceu em 30 de dezembro de 2023, devido a complicações em um procedimento cirúrgico. Foi um verdadeiro privilégio conhecê-lo e poder ter travado esta batalha em junto dele. Foi um ser humano brilhante, genial e generoso.Vai fazer muita falta!

FAPERJ	Gustavo Costa e Frente de Trabalho CONCER.	Iniciação Científica FAPERJ: Ação Pública e resolução de problemas públicos: o caso da Comunidade do Contorno às margens da BR-040 em Petrópolis-RJ

2.5. Quarto encontro - 08.07.2023

Licenciamento ambiental: A não inclusão da comunidade do Contorno no EIA/RIMA

Este encontro foi fundamental para guiar as análises críticas desta pesquisa, utilizando a cartografia do discurso como recurso teórico de análise para observar as divergências nos enunciados da comunidade e da CONCER em relação ao conceito de bem ambiental. A hipótese é que a CONCER adota uma abordagem cartesiana quando se trata de pessoas e natureza, considerando tudo como recurso e ferramenta (FEDERICI, 2017). Em contraste, a comunidade do Contorno, mesmo ativa na vida urbana, não se enxerga apenas como consumidora desses recursos, mas sim como parte integrante e protetora do bem ambiental e da natureza, já descrevendo a cidade na introdução, Petrópolis tem vegetação abundante mesmo nas áreas mais centrais da cidade.

Na primeira parte da oficina de Licenciamento e Direito Ambiental, o professor Hailton iniciou abordando o direito de todos a viver em uma cidade com condições dignas e um ambiente ecologicamente equilibrado, seja ele natural ou urbano. Destacou que essa responsabilidade é compartilhada por todos, mas principalmente pelo poder público, que deve garantir o bem-estar coletivo. Em seguida, provocou o grupo a refletir sobre o motivo pelo qual, a administração pública, regula o bem ambiental sem incluir a participação e intervenção da comunidade. A resposta foi que isso ocorre para atender aos interesses de megaempreendimentos extrativistas, minerários, imobiliários e rodoviários.

Para os movimentos populares, é crucial a apropriação do direito ambiental como uma ferramenta para defender seus convívios em um ambiente digno e ecologicamente equilibrado, sem que isso se torne uma ameaça ao seu direito à moradia. O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA é um documento de extrema importância, pois contém as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e seria fundamental para a comunidade entender como a gestão do

bem ambiental, feita pela CONCER difere dos princípios da comunidade em relação à intervenção nos espaços naturais. No entanto, a comunidade alega que nunca foi consultada ou teve acesso a esses documentos, pelo menos aos documentos na qual é citada.

No Artigo 11, a Resolução do Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986, em seu segundo parágrafo, prevê que uma das etapas da construção do RIMA é o recebimento de comentários sobre o estudo de impacto ambiental por parte das partes interessadas. No entanto, a Comunidade alega nunca ter sido ouvida ou tido a oportunidade de contribuir com suas observações. Suspeitamos que todas as etapas tenham sido burocraticamente concluídas, pelo menos até o momento anterior à abertura da cratera, mas que a conclusão tenha sido totalmente desprovida das contribuições da Comunidade, uma vez que já se previa a ordem das controvérsias que seriam apontadas.

> § 2º - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental e apresentação do RIMA, o estadual competente ou o IBAMA ou, quando couber o Município, determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA.

Entendemos, então, a partir do professor Hailton que a comunidade do Contorno não foi incluída no EIA/RIMA da NSS, o que é uma violência imensurável, não particular a comunidade do contorno, mas um dado comum a todas as comunidades afetadas por crimes ambientais, mas tornou-se uma brecha para a Comunidade incidir aumentando o custo político para o IBAMA e CONCER. Outra fragilidade detectada foi o processo de Licenciamento Ambiental, que se diferencia, na perspectiva jurídica, da Licença Ambiental. O primeiro licencia a localização, instalação e operação do empreendimento, enquanto o segundo estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser seguidas pelo empreendedor. A CONCER possui uma Licença Ambiental para gerenciar a BR 040, o que é chamado de direito de autorização, um ato discriminatório e precário, pois não é de caráter permanente; o direito de gerência da rodovia foi concedido, mas pode ser suspenso.

Existem três tipos de licenças: a licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental para o planejamento do empreendimento e sua localização, com tempo determinado não superior a 5 anos; a licença de Instalação, que permite a instalação ou as ações do empreendimento de acordo com as condicionantes estabelecidas no projeto aprovado, com tempo determinado não superior a 6 anos; e a licença de operação, concedida após a verificação da realização efetiva

do cumprimento do que foi apresentado nas licenças anteriores, com tempo determinado de no mínimo 4 e no máximo 10 anos.

No Brasil, estamos organizados em três níveis de governo: União Federal, Estados e Municípios, e cada um deles é responsável por licenciar empreendimentos levando em conta os impactos ambientais. No caso da BR 040, a licença foi concedida pelo órgão ambiental federal, o IBAMA, para a escavação do túnel e a execução do projeto NSS. Portanto, tudo o que a concessionária faz na rodovia depende de uma autorização específica, o licenciamento ambiental, que não termina com a emissão da licença concedida pelo IBAMA. O licenciamento é um processo contínuo e pode ser contestado a qualquer momento, dependendo das demandas, podendo ser suspenso mesmo após ter sido concedido anteriormente.

Embora tenhamos uma legislação ambiental aparentemente rígida, sua aplicação é politicamente complexa, considerando a influência de setores econômicos poderosos e uma administração pública precária e pouco fiscalizada. Isso resulta em desinteresse na preservação da natureza, pois ela é concebida como um recurso a ser explorado para atender interesses monetários. Dentro do IBAMA, muitas vezes, prevalece um entendimento sobre o ambiente que exclui a comunidade, como se esta não fizesse parte dele, violando assim seu direito de viver dignamente nele. As diferentes concepções sobre o ambiente geram controvérsias científicas no processo de licenciamento, como discutido em debates sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Nesse conflito ambiental, as partes envolvidas, incluindo nossa pesquisa, enxergam o bem ambiental de maneira distinta. Para os megaempreendimentos, a natureza e as comunidades que a habitam são vistas de forma cartesiana. Por outro lado, a população que vive e existe em seu território vê a natureza como parte de sua cultura, os seres humanos são natureza, e modelo de vivência e convivência coletiva.

São evidentes os indícios de que a licença ambiental concedida pelo IBAMA à CONCER foi realizada sem a devida participação e consulta suficiente à Comunidade. Com a paralisação das obras, especula-se que o procedimento legal a ser cumprido pela CONCER deveria envolver a renovação da licença de operação, uma vez que as obras estão paradas há pelo menos 6 anos, tempo que coincide com a abertura da cratera na Comunidade do Contorno. A comunidade lembra que a CONCER assumiu o compromisso de executar a obra sem afetar as pessoas, mas isso não ocorreu. A comunidade foi significativamente prejudicada, não apenas pela abertura da cratera, mas também pela interrupção do processo de regularização fundiária. Para suspender as obras, a CONCER, em conjunto com a empresa contratada para executar o projeto, deveria ter realizado um estudo ambiental, mas tudo indica que esse estudo não foi

realizado, e o mesmo deveria ter sido precedido por um monitoramento ambiental sistemático e contínuo.

Um dos elementos centrais de nosso debate é que, apesar dos direitos legalmente garantidos à comunidade, as entidades responsáveis por assegurá-los não parecem estar comprometidas com os interesses da comunidade. Por esse motivo, um dos movimentos possíveis e poderosos da comunidade tem sido aumentar o custo político e uma verificação mais rigorosa da credibilidade da CONCER e dos órgãos públicos envolvidos.

Figura 27: Registros: Cratera, estado do túnel quando a obra foi paralisada em 2016 e a retomada das obras em 2024

Cratera, 2017	**Cratera, 2017**
	
Parte interna do Túnel, 2016[12]	**Obras do Túnel, 2024** [13]
	

Fonte: Acervo pessoal dos moradores do Contorno.

[12] Retomada das obras da Nova Subida da Serra é tema de reunião em Brasília https://www.aconteceempetropolis.com.br/2024/04/26/retomada-das-obras-da-nova-subida-da-serra-e-tema-de-reuniao-em-brasilia/

[13]

3 - Análise antropológica apresentada na ação civil pública: Desapropriações Forçadas e a Luta por Direitos na Comunidade do Contorno

O dano socioambiental provocado pelas obras da NSS, podem ser analisados a partir do solapamento do solo em 7 de novembro de 2017, podem ser analisadas anteriormente ao evento ou depois dele. O que varia é a profundidade da degradação da vida das pessoas que moram ao longo da BR 040, em especial as famílias na comunidade do Contorno. A comunidade existe antes da CONCER e antes mesmo da rodovia. A administração da via foi entregue à concessionária em 1996, e desde então a população sofre com a guerra infraestrutural por eles gerada para desapropriação do território. Em 30 anos de concessão a população segue reivindicando: (i) acesso à escola; (ii) transporte público; (iii) fornecimento de energia elétrica; (iv) fornecimento de água e coleta de esgoto; (v) melhoria nas casas; (vi) ausência de ponto de ônibus; (vii) regularização fundiária; (viii) sinalização como placas, radares, faixa de pedestre; (ix) segurança na travessia da estrada; (x) iluminação na estrada (CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS, 2024, p.18)

O Estudo antropológico técnico e avaliativo solicitado no âmbito do Inquérito Civil nº 1.30.007.000318/2017-92 pelo Ministério Público Federal e incorporado na Ação Civil Pública autuada sob o nº 022384415.2017.4.02.5106 demonstra o quanto todas essas negações de direitos, que não por coincidência são instrumentalizadas com intuito de higienizar o território, foram aprofundadas de forma violenta e violadora, as pessoas sofrem na dimensão material, e psíquica.

O quadro abaixo sintetiza a análise da analista pericial em antropologia Kênia Gonçalves Itacaramby, que realizou visitas in loco, e entrevistou algumas famílias, isso na primeira fase de sua pesquisa. Na segunda fase, as famílias que não foram entrevistadas responderam a um questionário. Ambas as etapas deram origem aos Pareceres Técnicos nº 74/2018 SPPEA e 506/2018 SPPEA, em que são apresentados os impactos sociais vividos pelos moradores do Vale da Escola e da Área do Zizinho, decorrentes do desastre de 07/11/2017. Vale ressaltar que nosso acesso ao estudo pericial analítico se deu através da Ação Civil Pública supracitada.

Kênia debate sobre o deslocamento compulsório de comunidades de baixa renda, que frequentemente habitam áreas de baixo valor imobiliário, o que não é o caso da Contorno, a

especulação imobiliária é muito forte na região serrana, dada a abundância da vegetação de mata atlântica e água. A compensação financeira baseada estritamente no valor de mercado muitas vezes se mostra insuficiente para que essas famílias adquiram imóveis com características semelhantes às de suas residências anteriores. Esse déficit financeiro não só inviabiliza a manutenção de um padrão de vida similar, como também expõe as famílias a uma vulnerabilidade ainda maior, uma vez que a indenização recebida não cobre os custos reais de reposição de suas moradias e, consequentemente, sua estabilidade habitacional e econômica é profundamente comprometida. As casas pagas com aluguel social, as hospedagens do dia da abertura da cratera não estavam mobiliadas, as dispensas não estavam cheias, não tinha comida para suas crianças e animais, não tinham roupas.

A perita em antropologia cita o caso estudado pela Comissão Especial 'Atingidos por Barragem' com o registro de Michael Cernea, consultor sênior do Banco Mundial, que indica uma “tendência ao empobrecimento das populações deslocadas” (BRASIL, 2017, p.29, documento eletrônico), que enfrentam não apenas a perda material, mas também a ruptura de laços sociais e comunitários estabelecidos ao longo de décadas. Esse rompimento acarreta estresse social, perda de identidade cultural e simbolismos, e imposição de enormes custos emocionais aos deslocados. O caso do Contorno exemplifica ainda mais essa problemática, uma vez que a falta de planejamento, consulta prévia e a total exclusão da comunidade do Estudo e Relatórios de Impacto Ambiental resultou em uma remoção violenta e súbita, deixando as famílias desamparadas e sem suporte.

“Ainda que, em sã consciência, qualquer pessoa, que tenha sido expulsa da sua própria casa, de modo súbito e compulsório, sem bagagens, mas apenas com a ‘roupa do corpo’, sente este evento como impactante e traumático” (BRASIL, 2017, p.16, documento eletrônico). Seis anos depois deste ocorrido as famílias seguem lutando por reparação e indenização por danos morais e materiais. O arrasto judicial que a concessionária submete essas famílias se repete em muitos Estados brasileiros com outras grandes empresas e outras comunidades. É uma metodologia, ainda que neste caso e tantos outros os MPF serve-se como aliado das comunidades, a instituição em sua burocracia estrutural racista e classista, submete as famílias a mais uma etapa de desumanização.

O quadro abaixo sistematiza as violações sofridas pelas comunidades do Contorno e Zizinho após a abertura da cratera em 07/11/2024, segundo Kênia, e o MPF (BRASIL,2017). Essa sistematização é de fundamental importância pois materializa alguns dos pontos que tornam possível a análise crítica dos conceitos teóricos apresentados neste trabalho, no qual

compreendemos a racialização enquanto pré-requisito para a subalternização, o racismo e a classe enquanto tecnologias de opressão.

Quadro 3: Análise dos Impactos Sociais e Ambientais Pós-Abertura da Cratera (BRASIL, 2017).

Aspectos impactados	Impactos e consequências
Quintais, hortas ou plantios	Os moradores tiveram uma mudança forçada para apartamentos ou casas sem quintais; perderam espaço para recreação para as crianças e para criação de animais de estimação; perderam fonte de renda complementar com a agricultura e um lugar para cultivo de plantas e hortas.
Animais de estimação	Proibição de animais nos imóveis alugados.
Laços familiares na comunidade do Contorno	Ruptura das unidades familiares que integravam núcleos familiares grandes que por muitas vezes compartilham o mesmo terreno; Os moradores perderam a rede de intercâmbios e serviços; foram expulsos de maneira inesperada da área afetada pela cratera, tendo como consequência a quebra de uma rede vizinha.
Bens e imóveis em decorrência da interdição	Danos a alimentos e objetos por conta de ratos e diversos roedores; Impossibilidade de uso do imóvel por interdição sem tempo determinado; Falta de energia elétrica.
Dimensão Emocional	Saída compulsória, só com a roupa do corpo no dia da abertura da cratera; Interdição imediata das casas; Mudança súbita de vida e dinâmica; Estado de alerta permanente, as pessoas viram uma casa inteira ser engolida; Revolta e insônia; Estado de choque; Pessoas se acidentaram por sair às pressas; Medo das casas interditadas serem saqueadas; Desconforto generalizado devido a falta de estrutura e privacidade no hotel.
Dificuldades relacionadas ao aluguel da casa	Casa menor; Não possui garagem, quintal; Custo elevado; Imóvel sem mobília; Sem alimentos; Adaptação como construção de novos cômodos; Necessidade de consertos em descarga, piso, chuveiros, etc.
Insegurança e medo do futuro	Preocupação com a interdição da área e a obrigação de voltar
Transporte	Redução das linhas de ônibus; Atraso no horário dos ônibus, fazendo com que os moradores fizessem uma longa caminhada pela rodovia até a Rodoviária ou o bairro Duarte da Silveira com a necessidade de atravessar uma pista de mão dupla sem sinalização (1 km); Pontos sem cobertura para chuva

Hoteis	Inadequados para receber as famílias e as pessoas com deficiências; Sem lugar adequado para lavar roupas e guardar os carros; Não havia comida adequada para as crianças, principalmente os bebês; Familiares se separaram em busca de abrigo; Os hotéis não aceitavam animais; Tinham que pagar para beber água
Fornecimento de água após a desinterdição	Cortado, liberado 3 dias após a desinterdição

Fonte: Elaborado pela autora.

Kênia destacou que a Comunidade do Contorno, composta por diversas áreas como Vale da Escola, Zizinho, Kreisher, Sarney, Morrinho e Campinho, é caracterizada por uma forte coesão social e práticas de solidariedade entre seus membros. Essa coesão foi fundamental para a sobrevivência e a manutenção dos vínculos sociais após o desastre, conforme evidenciado pela rápida organização da comunidade em busca de auxílio e soluções para os problemas enfrentados. Conforme apontado no relatório: "A comunidade demonstra práticas de solidariedade e coesão social, fundamentais para a sobrevivência e manutenção dos vínculos sociais" (BRASIL, 2017 p. 18).

O desastre provocou o deslocamento de 55 famílias residentes no Vale da Escola e 41 famílias na Área do Zizinho, conforme as determinações da Secretaria Municipal de Defesa Civil. Esse deslocamento forçado gerou uma série de dificuldades para os moradores, incluindo a perda de laços sociais, dificuldades financeiras e emocionais, e desafios na adaptação a novas áreas de moradia temporária. Kênia apontou que a desestruturação social decorrente do desastre e do deslocamento trouxe impactos profundos na vida cotidiana dos moradores, comprometendo suas redes de apoio e mecanismos de sobrevivência coletiva.

Além dos impactos sociais, a perícia antropológica de Kênia abordou os aspectos culturais e identitários da comunidade. A pesquisadora destacou que a identidade coletiva da Comunidade do Contorno é fortemente marcada pela história de ocupação e resistência das famílias que ali residem. A perda de seus lares e a incerteza sobre o futuro afetaram profundamente o sentido de pertencimento e a continuidade das tradições culturais locais. Esse aspecto é crucial para entender a complexidade dos impactos do desastre e a necessidade de soluções que respeitem e preservem a identidade cultural da comunidade

Kênia também analisou as relações de poder e as responsabilidades das instituições envolvidas, como a CONCER e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A falta de monitoramento adequado das obras do túnel e a paralisação das mesmas desde 2016 foram fatores, ao que tudo indica, determinantes para a ocorrência do desastre. A perícia antropológica

ressaltou a necessidade de uma maior responsabilidade por parte das empresas e do poder público na gestão de riscos e na proteção das comunidades vulneráveis

Em síntese, a perícia antropológica de Kênia na ACP sobre o desastre na Comunidade do Contorno oferece uma visão abrangente e profunda dos impactos sociais, culturais e econômicos sofridos pelos moradores. A análise destaca a importância da coesão social, das práticas de solidariedade e da preservação da identidade cultural na recuperação da comunidade. Além disso, enfatiza a necessidade de maior responsabilidade e ação efetiva por parte das instituições envolvidas na prevenção e mitigação de desastres, bem como no apoio às vítimas. Esta perícia é fundamental para subsidiar as decisões judiciais e orientar as políticas públicas voltadas à proteção e à assistência às comunidades afetadas por desastres naturais, tal como contribuir com a apresentação de elementos importantes para a sustentação de debates teóricos sobre a racialização.

Sobre os atravessamentos entre a análise pericial antropológica e os os debates levantados sobre o devir negro, racialização e mecanização dos corpos.

A falta de infraestrutura dada a negligência da concessionária, alimentada pelo Estado, e entidades como ANTT, IBAMA, e a Prefeitura da cidade, se intensivou após a abertura da cratera. Não é razoável pensar que todas as “dificuldades” enfrentadas pelas famílias são resultado de uma gestão espontânea frente a uma tragédia inesperada. Todas as violações sofridas são um aprofundamento do que já acontecia há muitos anos. O processo de regularização fundiária por exemplo nunca foi concluído, a comunidade existe antes da concessão de 1996, existe de antes mesmo da estrada.

Empreendimentos são responsáveis por crimes socioambientais em todo território nacional e mundial. A gestão desses crimes é desprovida de humanidade por todos elementos colocados por esse trabalho em perspectiva teórica. (i) São ferramentas, autômatos, corpos mecanizados que podem ser perdidos e substituídos porque foram/e são produzidos em grande escala, estão dissociados da natureza, que nessa segunda fase do capitalismo tem imenso valor de mercado - Vide que o primeiro traçado da NSS passava pela reserva do Tinguá e o trajeto foi desviado, passando por cima de diversas comunidades e o túnel por baixo da comunidade do Contorno - dissociados, mecanizados, cada qual em sua devida proporção, os corpos só ganham sentido de ser com o trabalho, dissecados e compreendidos como uma coleção de membros por Descartes (Federicci, 2017), não há o que se lamentar quando estes morrem ou são compulsoriamente deslocados de um território em que viveram por anos com laços

comunitários profundos; (ii) A guerra infraestrutural, conflito que envolve aspectos econômicos, sociais e culturais que sustentam a dominação colonial exercida pela concessionária sobre as comunidades ao longo da BR 040, no quadro retratadas a comunidade do Zizinho e do Contorno e no texto a ausência de monitoramento da obra da NSS depois de paralisada; (iii) a produção do Negro, o seu devir. Nessa segunda fase do capitalismo, o Negro, segundo Mbembe, e nós o compreendemos assim também, é o sujeito descartável, plástico, dissociável da pessoa, desumanizado, que não diz respeito, somente, ao negro descrito pelos genes africanos. Negro são todas as raças subalternizáveis para extração de valores. Deste modo as violações sofridas pela comunidade do Contorno e do Zininho, que são comunidades compostas por pessoas autodeclaradas Brancas, pardas e negras sofrem com a desapropriação de suas terras, interdição de suas casas, quebras dos vínculos afetivos, porque o racismo é um dos braços operantes dos grandes empreendimentos de infraestrutura capitalista. (iv) Atingidos. Não estar incluído no EIA/RIMA é a realidade das comunidades atingidas por empreiteiras como Vale S.A em Minas Gerais e no Pará, no Grande Carajás, e a BRASKEM em Maceió. Sempre existe um histórico que revela que a comunidade e um grupo de especialista avisaram quase que como um prenúncio sobre as tragédias, mas a verdade é que a comunidade conhece seu território, e que de modo geral, o crime ambiental é o aprofundamento e a materialização visível de inúmeras violações e epistempicpidios que acontecem com a instalação desses empreendimentos.

Considerações finais

Ao longo desta dissertação, analisamos como a instalação de megaempreendimentos contribui para a racialização e marginalização das comunidades afetadas, tendo a comunidade do Contorno como estudo de caso. Por meio da metodologia da cartografia do discurso, exploramos a complexidade dos conflitos socioambientais e as múltiplas vozes envolvidas nesses processos, revelando dinâmicas de poder, resistência e transformação.

A pesquisa demonstra que a implementação do projeto *Nova Subida da Serra (NSS)*, desenvolvido e gerenciado pela Concer, administradora da BR-040, agravou a vulnerabilidade e a exclusão social da comunidade do Contorno. A abertura da cratera (solapamento do solo) em 2017, possivelmente resultante das intervenções da concessionária, levou ao deslocamento compulsório de 55 famílias que lutam até o presente momento por justiça e reparação. Esse episódio simboliza e reforça um padrão recorrente de negligência e desumanização associado a grandes empreendimentos e ao modelo de desenvolvimento adotado no Brasil inteiro.

A relação conflituosa entre a concessionária e a comunidade evidencia a exclusão dessas populações dos processos decisórios que afetam suas vidas e sua existência coletiva, mesmo que a mesma tente participar e incidir de forma coletiva e organizada. O acesso à infraestrutura vai além de obras físicas e da garantia de condições dignas e seguras de vida; ele também se configura como um instrumento de controle, doutrinamento e opressão administrado pelo Estado e pelo setor privado.

Nossa participação ativa nos encontros da comunidade, aliada à análise discursiva das interações entre os moradores e a Concer, permitiu-nos compreender mais profundamente tanto os mecanismos de resistência e mobilização adotados pela população quanto algumas das estratégias de opressão empregadas pela concessionária.

A colaboração com entidades como o Ministério Público Federal, a realização de uma audiência pública e a elaboração de um relatório por parte da Câmara Municipal de Vereadores de Petrópolis formaram um conjunto de ações fundamentais para aumentar o custo político da CONCER, expondo suas violações de direitos humanos e ambientais, além de fortalecer a busca por reparação dos danos causados.

A cartografia discursiva, adotada como método de pesquisa, revelou-se uma ferramenta eficaz para captar as dinâmicas dos discursos sociais e as relações de poder subjacentes, oferecendo uma análise profunda e contextualizada das lutas da comunidade do Contorno. Essa abordagem evidenciou a necessidade de uma análise global e adaptável, capaz de acompanhar as transformações contínuas dos conflitos socioambientais atores e processos.

Além disso, o estudo situou o Contorno dentro desse cenário ao mesmo tempo em que dimensionou a CONCER como parte de um esquema corporativo maior: a empresa integra a Triunfo Participações e Investimentos, uma grande corporação de capital fechado, cujo principal acionista, com 55% das cotas, é a americana Triunfo Holding Participações S.A.

Concluímos que os megaempreendimentos, ao escolherem seus locais de atuação e frequentemente deslocarem comunidades para atender suas demandas, perpetuam a marginalização e a violência estrutural contra grupos racializados. A experiência da comunidade do Contorno reforça a urgência de políticas públicas que incluam as vozes e os direitos das populações afetadas, bem como a relevância de marcos teóricos e denúncias que expõem a predação promovida pelo neoliberalismo e pelo racismo. Esse cenário exige um modelo de desenvolvimento comprometido com a justiça social.

Esta dissertação contribui para o debate sobre racialização e conflitos ambientais, sem a pretensão de esgotar o tema, ao mesmo tempo em que oferece uma plataforma para amplificar as vozes da comunidade do Contorno, demonstrando a interseção entre pesquisa acadêmica e ativismo social. Continuar documentando e analisando essas lutas é essencial para aprofundar a compreensão sobre os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos na cidade de Petrópolis.

Referências

ATUAÇÃO do MPF leva Justiça a bloquear R$ 9 milhões da Concer, para atingidos por cratera. Youtube, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3ofYF_keupw acessado em 09/09/2023.

BARROS, R. D. B.; PASSOS, E. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Eduardo Passos;Virgínia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). **Pistas do método de cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. 1a ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Petrópolis. Ação Civil Pública n.º 0223844-15.2017.4.02.5106. Autores: Ministério Público Federal, em face de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (CONCER), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e União. Distribuída em: 13 dez. 2017.

CONCER, disponível em: https://www.concer.com.br/sustentabilidade/politica-de-relacionamento-com-stakeholders.aspx Acesso em: 17 de setembro de 2023

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: https://geo.fbds.org.br/RJ/PETROPOLIS/MAPAS/, acessado em: 26 de maio de 2024.

GUIMARÃES, ASA. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. **Raça**: novas perspectivas antropológicas [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 63-82. ISBN 978-85-232-1225-4. Available from SciELO Books

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas*:* racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Brasília: **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, páginas 25-49, janeiro/abril 2016.

LIMA, F. (2021). Um ebó artístico-epistêmico. **Revista Espaço Acadêmico**, v.20, n.226, 42-54. Recuperado de https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54017

MBEMBE, Achile.**Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

LINKEDIN CONCER. Disponível em: https://www.linkedin.com/company/concer/?originalSubdomain=br acesso em: 08, setembro,2023 às 11:20

RELATÓRIO de Impacto Social Concer, 2020. Disponível: https://www.concer.com.br/upload/arquivos/RelatoriodeImpactoSocial.pdf . Acesso em: 17, setembro,2023 às 21:20.

RELATÓRIO de Sustentabilidade 2021 Triunfo Participações e Investimentos. Disponível em: https://www.triunfoconcebra.com.br/upload/arquivos/RS2021Triunfo.pdf . Acesso em: 17, setembro,2023 às 21:25

RELATÓRIO de Sustentabilidade 2022 Triunfo Participações e Investimentos. Disponível em: https://www.triunfoconcebra.com.br/upload/arquivos/Relat%C3%B3riodeSustentabilidade2022v2.pdf . Acesso em: 17, setembro,2023 às 21:20

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A CONCESSÃO DA CONCER E SEUS IMPACTOS NA COMUNIDADE DO CONTORNO. **Relatório Final.** Petrópolis: Câmara Municipal de Petrópolis, 2024. 53 p.

REPORTAGEM do SBT Rio sobre a resistência dos moradores a demolição do imóvel da dona Amélia. YouTube, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CUQh-tl0UVs Acessado em 09/09/2023

ROSA, K.; ALVES - BRITO, A.; PINHEIRO, B. C. S.. Pós verdade pra quem? Fatos produzidos por uma ciência racista. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1440-1468, dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74989/44934 . Acesso em: 25 maio. 2021.

NUNES, Maria. Programa de Aceleração do Crescimento e suas implicações nas fronteiras. In: PÊGO, Bolívar (coord.), MOURA, Rosa. **Fronteiras do Brasil**: desafios e perspectivas. 1. ed. IPEA: Rio de Janeiro, 2018. p. 381-409.

TERRITÓRIOS minerários: muito além da lama. Ana Malaco/ Renato Sacramento e Rayele Sacramento. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xvTTqXBgDmU Acesso em: 14, junho, 2021.

TERMO de ajustamento de conduta firmado entre a defensoria pública do estado do Rio de Janeiro, o município de Petrópolis e a Concer - companhia de concessão rodoviária Juiz de Fora - Rio. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2017.